



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0086/11	DATA: 15/03/201 1
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 17h41min	DURAÇÃO: 03h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h10min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição dos Vice-Presidentes e definição do roteiro dos trabalhos da Comissão.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da segunda reunião ordinária, realizada no dia 2 de março, e indago ao Plenário se há necessidade de leitura dela.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição dos avulsos, proponho que seja dispensada a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Simão Sessim, com o referendo do Plenário.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Embora dispensada a leitura, há necessidade de colocar em votação a ata.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Uma sugestão, se V.Exa. permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Seria uma inversão na pauta, na deliberação?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Alguma manifestação em contrário? Trata-se de uma inversão de pauta. *(Pausa.)*

Aprovada.

Faço ao Plenário algumas comunicações.

A Mesa recebeu o Ofício nº 2, de 2011, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, designando a Dra. Ana Luiza Backes, a Dra. Miriam Campelo de Melo Amorim, o Dr. Luiz Henrique Vogel e o Dr. Roberto Carlos Martins Pontes para prestarem assessoramento técnico e especializado aos trabalhos desta Comissão Especial, assim como auxiliarem o Relator na elaboração do parecer.

Comunico a V.Exas. que solicitei no dia de hoje audiência ao Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, para levar a S.Exa. um pedido de apoio aos trabalhos desta Comissão, não apenas material e de assessoramento, mas sobretudo para que sejam colocados à disposição da Comissão, dos trabalhos, os veículos de comunicação que a Casa possui, objetivando a maior divulgação possível, diante da



necessidade que identificamos de que a discussão seja a mais ampla e extrapole os limites físicos do Congresso Nacional, com a participação direta da televisão, se possível inclusive com espaço para um programa diário que possa levar para o debate público as Sras. e os Srs. Deputados, personalidades diretamente envolvidas e interessadas na matéria e representantes da sociedade civil. Assim como um espaço no Portal da Câmara na Internet, inclusive com *banner*, para sugestões, notícias e enquetes acerca dos temas que serão objeto de debate desta Comissão.

Entendi também, e trago ao conhecimento de V.Exas., pelo pedido de duas audiências da Presidência, com a Comissão — enfim, a Comissão, Presidente, Relator e demais Deputados e Deputadas que desejarem participar —, numa iniciativa mais direta, incisiva, objetiva, de não apenas aguardar entidades como a CNBB e a OAB no Plenário desta Comissão, desta Casa, mas visitar essas instituições, numa demonstração clara de que esta Casa, por esta Comissão, deseja ouvir esses segmentos, que, ao longo dos anos, têm dado uma contribuição muito importante ao processo eleitoral, mediante, inclusive, propostas de projetos de lei que chegaram a ser transformados em lei, a exemplo do art. 41-A da Lei Eleitoral e da mais recente Lei da Ficha Limpa.

Acho que é uma demonstração de que estamos tomando a dianteira do processo para que esta Comissão e esta Casa produzam, de fato, a reforma que a sociedade exige. E não é demais lembrar que essas e outras iniciativas estão sendo e devem ser tomadas (embora parte da razão não me preocupe, vejo com naturalidade, pois sinto que numa sociedade pluralista o debate, a crítica, a controvérsia são mais do que legítimos, são necessários) porque todos sentimos, acredito que são todos, a propagação de opiniões, que procuram ganhar corpo, no sentido de que esta Comissão e esta Casa não estão habilitadas e não produzirão a reforma que a sociedade exige. É mais uma razão para que todos estejamos com a vontade política aguçada para cumprir com o nosso propósito.

Disto isto, quero repetir que, caso V.Exas. desejem sugerir nomes para serem ouvidos em audiência pública, por uma questão de ordenamento dos trabalhos e como o Regimento determina, os requerimentos deverão ser feitos por escrito e



autenticados, nos termos do Ato da Mesa nº 49/2000, alterado pelo Ato da Mesa nº 101/2001, devendo ser apresentados à Secretaria da Comissão com a antecedência mínima que possibilite a publicação na Ordem do Dia das Comissões desta Casa. Os que vierem a ser apresentados durante ou após a reunião somente deverão ser apreciados depois de regimentalmente pautados.

Quero frisar que não pauto o meu comportamento exclusivamente por linhas retas, mas também por linhas sinuosas. Cada caso é um caso, e há necessidade de flexibilizar diante de conjunturas, de circunstâncias.

Comunico também que esta Comissão Especial recebeu de Parlamentares algumas sugestões de temas que poderão ser debatidos aqui. Li todas e me cumpre dar uma satisfação.

A Deputada Rosane Ferreira faz uma solicitação, que particularmente acho pertinente, no sentido de se fazer um levantamento da legislação em vigor e dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados sobre o processo eleitoral e partidário. Pede que sejam devidamente elencados e catalogados por assunto, para que possam servir para o debate.

Devo informar a V.Exa. que estamos encaminhando esse trabalho para a Consultoria. O levantamento que a Consultoria nos apresentar será devidamente distribuído a todas as Sras. e todos os Srs. Deputados.

A Deputada Luiza Erundina faz sugestões em dois itens. Primeiro, instrumentos de democracia direta e participativa: plebiscito, referendo, projeto de lei de iniciativa popular e comissão de fiscalização das eleições. Segundo, institutos de democracia representativa: coligações nas eleições proporcionais, federações partidárias, listas preordenadas, financiamento de campanha, financiamento partidário, reeleição para chefes de Poder Executivo e duração dos mandatos.

Agradeço a S.Exa. e informo que todos esses itens constam de um pequeno esboço que fiz, para que possamos, numa discussão, ordená-los de acordo com a sistemática do trabalho.

O nobre Deputado Miro Teixeira faz encaminhamento no sentido de que o sistema eleitoral é o ponto mais alto, o que sustentará a presente reforma. Particularmente, não como Presidente, mas como membro, comungo da idéia de



S.Exa. e acho que esse deve ser realmente o primeiro tema, porque os demais, salvo alguma exceção, não muitas exceções, vinculam-se exatamente a ele.

S.Exa. diz ainda que os cidadãos normalmente desconfiam da isenção dos Deputados para deliberar de forma contrária ao sistema através pelo qual fomos eleitos, o sistema proporcional com alianças, e que, portanto, ao final, devemos submeter ao crivo popular, através de plebiscito, a definição sobre o sistema eleitoral a ser adotado. Diz que o fim do voto obrigatório e a opção entre os sistemas eleitorais que forem sistematizados pela Comissão devem ser submetidos à apreciação popular através do plebiscito.

O Deputado Alfredo Sirkis apresenta uma série de itens, que estão elencados no pequeno resumo que fiz e serão daqui a pouco objeto de conhecimento, como proposta inicial. Giram em torno do sistema eleitoral. S.Exa. fala em distritão, grandes distritos, sistema uninominal clássico, definição de prazo para aplicação da reforma. Todos esses itens são temas elencados para a proposta de debate.

O Deputado Delegado Protógenes faz a apresentação de três itens. Os dois primeiros foram devidamente compreendidos por mim: unificação do calendário eleitoral e financiamento público de campanha. O terceiro é sobre corrupção política e eleitoral. Coloquei uma interrogação, com o objetivo de questioná-lo. Quero saber se S.Exa. se refere ao abuso do poder político e econômico, ao famoso caixa dois. Mas também está, evidentemente, elencado.

Apenas lembro que todas essas sugestões decorrem do pleito que fizemos na sessão anterior no sentido de recebê-las. A Mesa encaminhou a solicitação também por *e-mail*, e apenas poucos Parlamentares, pelos nossos registros, não tiveram a oportunidade de abrir o *e-mail*, mas estiveram aqui na Comissão.

Há colaboração expressa de todos, a exemplo da Deputada Sueli Vidigal, que apresenta as questões da fidelidade partidária, do financiamento público, do fim dos suplentes de Senadores, do fim dos cargos de Vice-Prefeito, Vice-Governador e Vice-Presidente, do voto facultativo, do fim das coligações, da cláusula de desempenho de barreira, do fim da reeleição para Executivos, da unificação dos mandatos, do número de candidatos, da fusão e/ou criação de partidos, do voto



majoritário para todos os cargos e do fim do afastamento para exercer cargo executivo.

Em atenção aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que apresentaram sugestões, tenho de dizer algo. Mas primeiro quero comunicar, embora acredite que grande número de V.Exas. já tenham conhecimento, a impossibilidade do comparecimento à sessão de hoje do Deputado Henrique Fontana. Há um fato de ordem pessoal, e S.Exa. não pôde estar presente. O Deputado Paulo Teixeira, que está à minha direita, posicionado no lugar correto, fará uma apresentação de proposta, em nome do Relator, na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado, Sr. Presidente. Como esta vai ser uma Comissão muito disputada, seria importante que tivéssemos sempre um plenário maior, para que todos os Parlamentares que fazem parte da Comissão tenham espaço, como também a nossa assessoria.

Pelo que estou vendo, vários Deputados aqui chegaram e não têm onde sentar. Não têm sequer como opinar. Acho que seria interessante que reservássemos sempre o Plenário 1 ou o 2, para que tenhamos espaço garantido para esta Comissão, que só de titulares tem 40 membros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Entendo que a manifestação de V.Exa. tem procedência. Trabalharemos nesse sentido para a próxima sessão. Mas hoje devo tomar a postura antipática de pedir aos assessores que estão a partir da quarta bancada, inclusive, que cedam espaço aos Srs. Deputados. Reconhecendo a antipatia do gesto da Presidência.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, enquanto isso, há uma coisa não tão antipática: peço a V.Exa. que mande a lista de presença da nossa última reunião, que foi na quarta-feira passada, para a Presidência da Casa, porque inúmeros Deputados levaram falta, inclusive V.Exa. e o Relator. E a culpa é da tecnologia, o que é uma coisa absurda, pois tecnologia não existe para prejudicar os



trabalhos, mas para facilitar. Então, seria útil que mandasse a lista de presença para a Presidência da Câmara dos Deputados, para que se corrija essa falha tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Secretaria tomará essa providência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Com o testemunho de V.Exa. e de vários Deputados que estavam presentes na última reunião e com o testemunho, que lamentavelmente não posso levantar, do Relator, apresentei a sugestão — aliás, acho que foi a primeira — de acompanharmos os trabalhos e, se possível, a pauta do Senado. Não foi lida por V.Exa. Queria acrescentar que essa sugestão foi encaminhada e entregue ao nosso Relator. Gostaria que tivéssemos a nossa pauta embasada na pauta do Senado, acompanhando os itens e reuniões, na mesma sequência. É lógico que a sugestão será discutida, porque outras sugestões foram apresentadas. Mas, como não foi lida, estou lembrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Será levada em consideração.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Foi entregue ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Foi entregue e foi lida por mim. Tive o cuidado e a atenção de ler. Neste resumo, acredito que incluí todos os temas objeto de discussão no Senado e acrescentei outros. É evidente que serão condensados...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...pelo Relator e nós estabeleceremos...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E aí cabe uma proposta, Sr. Presidente. Lamentando a falta do Relator, acho que seria de bom alvitre para nós que tivéssemos um Relator substituto, ou um Sub-Relator, para que não faltasse essa presença nas nossas reuniões. Será fundamental a presença do Relator. V.Exa. já terá dois Vice-Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Acato a sugestão de V.Exa.



Neste instante, gostaria de dividir as sugestões. Primeiro, aquelas no sentido de elencar os temas e, logo em seguida, as que dizem respeito exatamente ao processo de discussão, para o qual existem algumas sugestões, além da que foi trabalhada pelo Relator.

Quanto à eleição, quero pedir autorização do Plenário para uma inversão de pauta, diante de um nome que está chegando e da confecção da cédula com o nome dos candidatos a 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa., Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Eu tinha telefonado para V.Exa. Tive uma situação de doença na família. Liguei dizendo por que não estaria na primeira reunião, e não está registrada aqui a justificativa. Só isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, pela ordem. Julgo importante esclarecer que o Deputado Henrique Fontana não veio por causa de um problema de saúde na família. Ele está com um filho acidentado, foi um acidente automobilístico, o que o impediu de se fazer presente agora. Acho que era isso que o Líder Paulo Teixeira ia falar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, uma questão de ordem de encaminhamento quanto à importante colocação de V.Exa. sobre os temas elencados por nós, participantes desta Comissão.

Determinados temas são prejudiciais a outros. Perderíamos tempo se debatêssemos temas que vão ser prejudicados por outros mais importantes.

Então, seria interessante que o Relator, com a percepção política e a experiência que tem, elencasse os temas prioritários e os prejudiciais a outros.

Sugeri, por exemplo, o tema calendário eleitoral. O calendário eleitoral seria mais importante que a questão da proporcionalidade? Até para avançarmos, darmos celeridade aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, vou fazer rápida leitura dos temas pré-arrolados pelos Srs. Parlamentares que devem ser objeto de aceitação ou não para um calendário



de debates: sistema eleitoral, unificação das eleições, financiamento de campanha e partidário, suplente de Senador e de Deputado, propagando eleitoral, pesquisa eleitoral, tempo de mandato e reeleição, data de posse, voto obrigatório ou facultativo, cláusula de desempenho partidário, candidaturas avulsas, domicílio eleitoral e tempo de filiação partidária, fidelidade partidária, processo judiciário eleitoral, abuso do poder político e econômico, instrumentos da democracia direta (plebiscito, referendo, revogação, projeto de lei de iniciativa popular), federação de partidos, número de candidatos, fusão e/ou criação de partidos, afastamento de partido, afastamento do Parlamentar para exercer cargo executivo.

Com essa leitura, eu passarei a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Já tivemos uma reunião. Esta não é a primeira. Pensei que já havíamos chegado ao consenso de que seria importante verificar se existe possibilidade de acordo sobre a questão de sistema eleitoral, que seria o primeiro ponto. O restante seria resultado. Gostaria que resgatássemos esse aspecto, que me pareceu consensual na primeira reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo esclarecer que não há dissenso quanto a esse aspecto, pelo menos até o presente momento. O que não impede que elenquemos todos os temas para estabelecer, logo a seguir, o que deve ser prioridade ou não. Trata-se de um preordenamento de como se deve realizar o processo de debates.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agora, eu devo conceder a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Queria esclarecer o seguinte: além desse elenco de questões que foram levantadas, outras propostas podem ser oferecidas no decorrer do processo. Não fechamos isso.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não é fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Particularmente, não tenho dúvida quanto a esse aspecto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, vamos dar a palavra ao Relator, para ver o que ele propôs. Depois podemos opinar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, uma dúvida preliminar. Eu havia dito, ao final da última reunião, que estamos aqui discutindo temas que têm origem de emenda constitucional e temas que têm origem de lei ordinária. Esta Comissão não está capacitada no momento para propor emendas constitucionais, que têm um rito próprio.

Então, eu sugeri a V.Exa. que levássemos ao Presidente da Casa a ideia de pegar alguma PEC que trate do tema e transformar esta Comissão numa Comissão Especial, para que também saiam daqui textos com propostas de mudança constitucional. Senão, vamos tratar aqui de temas de mudança constitucional sem estarmos aptos para isso. Ao fim, o trabalho terá de ter um novo início.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, acho que estamos discutindo antes de saber qual é realmente a proposta do Relator. Não adianta discutirmos sem uma base, que é a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Fiz questão de colocar aqui, de início, de forma muito clara, que devemos estabelecer dois momentos. Mas parece que eu não fui bem compreendido, acho que não me expressei da forma mais clara possível. Quero frisar que devemos ter dois momentos: o momento de encaminhamento é logo depois.

Portanto, eu acho que nós devemos ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputado Almeida Lima, que nos últimos tempos chamei de Senador, V.Exa. exerceu um brilhante mandato no Senado, saiu da Câmara alta para a Câmara dos comuns, e nos dá a honra de compartilhar sua experiência. Sai dos lordes e vem para a Câmara dos comuns.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados. Quero dizer inicialmente que, no entendimento para a formação desta Comissão, coube a Presidência ao Deputado Almeida Lima, do PMDB, e a relatoria ao Deputado Henrique Fontana, do PT.



Nós fizemos no PT uma divisão interna: o Deputado Henrique Fontana faria a relatoria, e o Deputado Rubens Otoni faria toda a coordenação interna do trabalho. Mas o filho do Deputado Henrique Fontana, em viagem nesse final de semana, capotou o carro, foi lançado para fora e seu estado de saúde é muito sério. Então, o Deputado nos pediu que, momentaneamente, fosse substituído pelo Deputado Rubens Otoni.

O Deputado Henrique Fontana nos enviou, a partir de uma discussão com a Assessoria da Casa, uma proposta de roteiro, que foi a realizada na última reunião, a qual o Deputado Otoni já tem em mãos.

Então, eu quero convidar o Deputado Rubens Otoni à Mesa neste momento, se V.Exa. permitir, para substituir o Deputado Henrique Fontana, a fim de realizar o trabalho de relatoria.

Peço licença e desejo um bom trabalho a todos. Nunca vi uma Comissão tão forte como esta aqui, tanto na composição quanto na presença e na intensidade.

Muito sucesso, porque todo o Brasil está acompanhando e esperando o melhor desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, fui pego de surpresa pela situação delicada imposta ao nosso Relator. O Deputado Henrique Fontana passa por um momento muito delicado, muito difícil. A minha posição aqui é de solidariedade. Que nós possamos dar a S.Exa., sem prejuízo dos trabalhos que temos a realizar, da nossa responsabilidade, as condições necessárias para que possa fazer esse relato. Nós não temos aqui a pretensão nem o interesse de substituí-lo, mas de ajudá-lo, de colaborar para que tenha condição de completar esse trabalho.

Como foi dito aqui, Sr. Presidente, esta não é a primeira reunião. Já houve outra e nela foi apontado um rumo para esses trabalhos. Observo que o mais importante é iniciarmos o debate. O sistema eleitoral foi sinalizado como um ponto de partida.



O Deputado Ivan Valente disse uma coisa muito importante aqui: temos de estar abertos para, no debate, receber as sugestões que forem apresentadas. Evidentemente, aquilo que não for consenso terá de ser definido nesta Comissão.

Sr. Presidente, é natural que tenhamos certa dificuldade para iniciar o debate. No meu entendimento, poderíamos começar a organizar uma primeira discussão em cima desse tema, o mais falado na primeira reunião, no qual vamos gastar mais tempo. Nós temos um tempo relativamente curto diante de tantas matérias que temos para tratar, mas este é um tema ao qual teríamos de nos dedicar mais.

Enquanto isso, Presidente, a assessoria já está levantando todas as propostas que estão em tramitação na Casa. Isso também nos dá condição de fazer até alguns atalhos nessa discussão, a partir de propostas que já estão elaboradas, que já estão articuladas, que já estão organizadas, as quais vão demandar apenas opinião e entendimento ou votação, se necessário. Então, isso também nos faz ganhar tempo — não estamos partindo do nada.

Então, a minha sugestão é que pudéssemos começar pelo sistema eleitoral, dando tempo para balanço pela equipe técnica de todos os projetos que estão em tramitação na Casa, o que nos permitirá realizar esse trabalho.

Eu queria, já de início, fazer uma proposta, Sr. Presidente, evidentemente ouvindo os Srs. Deputados e Deputadas. Nós estamos aqui com uma responsabilidade muito grande perante a sociedade brasileira. Como V.Exa. disse, há uma expectativa sobre o resultado que pode sair desta Casa, desta Comissão. E o Deputado Miro Teixeira disse bem: existe, inclusive, uma desconfiança sobre se realmente queremos fazer reforma política, se queremos mudar alguma coisa.

O fato de termos uma Comissão aqui na Câmara e uma Comissão no Senado, trabalhando de maneira distinta, deixa também essa dúvida e essa desconfiança. Eu gostaria aqui de fazer uma reflexão: não seria pertinente a nós, desta Comissão, fazermos um gesto e um sinal de que queremos fazer a reforma política e queremos fazer com que ela aconteça na prática, fazendo a nossa pauta e sintonizando-a com a pauta que está sendo proposta no Senado e, de certa forma, forçando uma discussão paralela, que permita avançar mais os temas que vamos tratar? Então, devemos levar em conta essas duas pautas e tentar fazer com que



elas possam se encontrarem ao longo do trabalho dessas duas Comissões, que evidentemente são autônomas.

Eu deixo essa sugestão, mas, para o trabalho, eu sugiro sistema eleitoral, enquanto levantamos todos os projetos em tramitação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quero fazer um complemento, agora como sugestão pessoal da Presidência, nos seguintes termos: precisamos elaborar a agenda. Parece-me que há consenso quanto ao primeiro tema, pelo menos eu não vi discordância — digamos que seja esse. Mas é preciso que estabeleçamos, desde logo: primeiro, manter as sessões das terças-feiras, às 14 horas, com a sugestão de suspendê-la, iniciada a ordem do dia no plenário, por força regimental, caso não tenhamos concluído os trabalhos daquela tarde, com o reinício tão logo a sessão deliberativa seja encerrada. Em complemento, que essas sessões das terças-feiras sejam feitas exatamente com o objetivo único de deliberações administrativas e deliberações de requerimento. E, quanto à discussão de fundo, de mérito dos temas que vierem a ser propostos para debate, a exemplo do primeiro — o sistema eleitoral —, concederíamos aos partidos aqui representados o tempo não de 3 minutos, mas o suficiente de 10, 15, 20 minutos, para que se possa propor, estabelecer aquilo que o partido defende, a tese do partido, a fim de que os demais tomem conhecimento e possam, ao fazerem uso da palavra, contraditar, contrapor-se. Não é, digamos, impossível o convencimento. Há temas que dão margem à dúvida, sobre os quais as pessoas não têm clareza suficiente. E aqui é o Parlamento, aqui é uma Casa de discussão.

Para as quintas-feiras pela manhã, a proposta é no sentido de haver audiência pública para ouvir setores da sociedade que serão objeto de requerimento de V.Exas., com aprovação, dentro de um ordenamento, para os debates a partir das 9 horas.

Outra proposta é no sentido de levar a Comissão não a todos os Estados, parece-me pela impossibilidade de tempo e desnecessidade, mas pelo menos a um Estado por Região do País.

Eu estou mantendo contato com entidades como a UVB. Devo propor, com Relator e Líderes, tão logo agendada uma audiência aqui em Brasília, um convite



para haver a possibilidade de a direção vir a Brasília, porque, embora os senhores já saibam, mas muitos outros estão a nos ouvir neste instante, é preciso que se diga que a reforma política não é um instrumento para Deputado Federal e Senador apenas — é para a sociedade. Mas, entre os atores políticos, nós temos os Vereadores. Poderíamos realizar um contato com a Frente Nacional de Prefeitos, com a Confederação Nacional de Municípios, com esse mesmo objetivo, e com a UNALE, a União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Poderíamos fazer 5 seminários no País, um em cada Estado de cada uma das 5 Regiões, exatamente procurando agregar Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados e a sociedade local. Esta é, portanto, como encaminhamento, a proposta de debate: terças, quintas e essa andança pelo País.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vejo como importante — e acho que os senhores também — que é preciso tirar o tema desse quadrante aqui da Câmara dos Deputados e levá-lo para as ruas, pois que apaixona todo mundo.

Este é o complemento de encaminhamento que faço à relatoria.

Pela lista de inscrição, tem a palavra o Deputado Newton Cardoso. Depois, a palavra será concedida ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É evidente que, nesta sessão, eu vou pedir à Secretária que estabeleça o tempo necessário para a fala de cada um dos senhores, que me parece deve ser de dois minutos.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Inscrição de Vicente Arruda e Paulo Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu gostaria que o pedido para falar pela ordem fosse devidamente respeitado, que se falasse como questão de ordem e encaminhamento, e não como questão de fundo. Eu concedi a palavra ao Deputado Newton Cardoso, mas há um pedido para falar pela ordem.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, é exatamente em cima da deliberação. Se nós não deliberarmos a eleição dos Vice-Presidentes agora, daqui a pouco, a ordem do dia não vai permitir mais que nós deliberemos.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós faremos a suspensão dos trabalhos, como foi a sugestão, e retomaremos exatamente após a ordem do dia no plenário. Se não fizermos isso, não estaremos em condições de elaborar essa proposta. Numa reunião apenas às terças-feiras, iniciada às 14 horas, numa Comissão com 40 membros, para concluir o trabalho uma hora depois ou duas horas depois, não chegaremos a lugar algum.

Portanto, com a palavra o Deputado Newton Cardoso. Os demais que desejarem falar, levantem o braço. A mesa está aqui, fará o registro e vamos chamá-lo pela ordem.

Com a palavra o Deputado Newton Cardoso.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, vejo com uma preocupação muito grande essa pletória de ideias e sugestões para a reforma partidária.

Nós já tivemos, nesta Casa, vários estudos e projetos nesse sentido. Esta Comissão está sendo vista pelo Brasil inteiro. Hoje, essa presença na Comissão mostra o prestígio da reforma partidária, preocupação no Brasil inteiro. Este Congresso será outro a partir dessa reforma. A desconfiança do Brasil nos Deputados, na Câmara, é porque o sistema está podre. Essa reforma vai salvar este Congresso.

Então, peço a V.Exa. para conduzir os trabalhos no sentido de aglutinar ideias. Não adianta ter aqui mil sugestões datadas do passado e não resolver nada. Começo pela presença aqui na Comissão, que já abona a presença no plenário. É importante, se o Presidente da Casa quer a reforma, que entenda que esta presença aqui representa a presença no plenário. Nós estamos desobrigados de ir para o plenário. Estamos prestando serviço à Nação inteira, que está com os olhos fixos nesta Comissão.



Por tudo isso, eu peço a V.Exa. para tentar conduzir os trabalhos no sentido de aglutinar ideias, fazer as Subcomissões, já deixando de lado alguns temas que foram caoticamente já nesta Casa motivo de preocupação no passado.

Outra preocupação é que os partidos políticos pequenos possam sabotar esta Comissão. A ideia é de reforma, é de aglutinar partidos fortes, poucos partidos, de modo que esses partidos nacionais imensos... Hoje, o Brasil está podre em matéria de partidos. Há partidos que estão aqui para tumultuar o processo como está ocorrendo hoje na Câmara dos Deputados.

Por tudo isso, peço a V.Exa. para tentar aglutinar ideias, fazer Subcomissões, não ir muito longe, não ouvir tanta gente, como V.Exa. sugeriu, tantas comissões, tantos Vereadores, que não vão dar em nada. Nós temos de estar aqui nesta Casa, nos reunir às terças-feiras, às quartas-feiras, para juntar ideias e, das ideias, formatar uma reforma.

Eu tenho certeza de que, nesta Casa, qualquer um dos Srs. Deputados presentes tem a capacidade de formatar essa ideia. Por tudo isso, o meu protesto, para concentrar a ideia na reforma simples e objetiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alceu Moreira, V.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Por que apenas eu terei 2 minutos? Não foi dito isso para nenhum outro, meu querido companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concederei a V.Exa. os 2 minutos que eu terei no final, para poder ser justo também. Eu tirarei da minha conta.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Por favor.

Deputado Almeida Lima, nosso Presidente, eu gostaria que V.Exa. pudesse me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu pediria a V.Exa. um minuto de atenção.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Com prazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Acabei de receber a informação do Líder do PMDB da indicação do Primeiro-Vice-Presidente do partido. Foi por essa razão que eu não tinha dado a devida atenção a V.Exa. A cédula será confeccionada agora.

V.Exa. tem a palavra a partir deste instante.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Bom, então não vou falar?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Questão processual: há algum impedimento a que se faça a eleição simbólica?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Presidente, eu gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra. V.Exa. me concedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Mesa me informa que há, realmente, impedimento legal.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Na primeira reunião, Presidente, ficou claro para todos nós que o que estava em discussão e que era, sem sombra de dúvida, o tema preponderante sobre os outros — não por escala de importância, mas porque é abrangente, na verdade, é o cabeçalho do texto — era o sistema eleitoral.

Quanto ao sistema eleitoral — propostas disponíveis na Casa ou exercícios em outros países —, existem aproximadamente 3 ou 4 sistemas preponderantes nas políticas mundiais.

Logo, nós gostaríamos muito que, para poder trabalhar sobre um texto, inclusive para poder ouvir outras pessoas e outras parcelas da sociedade, tivesse esta Comissão a possibilidade de se concentrar em três ou quatro textos, com alguns Deputados podendo fazer a defesa e a composição do texto, ouvindo as críticas do próprio Plenário. Então, teremos três ou quatro propostas distintas para cotejar o processo.

Todos nós sabemos que não há sequer uma proposta a ser formulada que não tenha críticas contundentes, e a maioria delas são verdadeiras, já que nenhum dos sistemas é perfeito. No entanto, precisamos encontrar aqui a situação média que transita nesta Casa com possibilidade real de chegar ao final.



Se nós vamos discutir isso, quem vai discutir, quem vai fazer a defesa do distritão? Não será partido, porque há divergência inclusive entre os partidos. No mesmo partido há posições distintas. Então, quem vai defender o distritão, como teve aqui o do Michel Temer? Alguém vai defendê-lo. Certamente, haverá um grupo de Deputados que fará a defesa desse tema. Há outro grupo que defenderá distrital misto; o outro, lista fechada. Teremos, certamente, mais um ou dois, aí teremos concentradas quatro ou cinco propostas claras sobre as quais nós poderemos trabalhar em cima do texto — tirando vírgula, colocando palavras, colocando o texto, consolidando isso.

Estou falando só do sistema eleitoral, que trabalha financiamento público; o sistema de votos distrital misto, distritão ou lista fechada; coincidência de mandato; fim da coligação; eleição em dois turnos para todos os mandatos; suplência de Senado. Estamos falando de cinco ou seis pontos fundamentais que concentram todo o processo.

Fora isso, há uma proposta que já está na mesa para ser lida na próxima sessão, que é a possibilidade de fazer, sem data aprazada, reuniões de consolidação entre o Senado e esta Comissão, sem data, porque os temas podem ter divergências abertas na semana. E há que se ter sensibilidade para reunir a Comissão da Câmara e a do Senado para trabalhar a consolidação do tema. Não se pode deixar abrir divergências profundas porque vai nos atrapalhar, logo depois, no fechamento do texto.

É possível trabalhar *pari passu* com a informação disso. E sempre que a Presidência e a relatoria desta Comissão acharem necessário, devem conversar com o Senado, imediatamente, para fazer a composição e a consolidação dos textos.

Proposta clara: trabalhar sobre três ou quatro propostas, que alguém possa fazer a defesa e sofrer a crítica do Plenário. Então, poderíamos ir aprimorando os textos a tal ponto que possamos chegar a um texto comum compreendido pela maioria.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu entendo que não há divergências, apenas a questão da limitação do número de temas.

No entanto, eu faria uma colocação antes ao nobre Relator na questão que diz respeito às duas Comissões. A meu ver — e eu gostaria de ser contestado se for o caso, Deputado Alceu Moreira —, está havendo uma preocupação sem fundamento, com o fato de a Câmara ter uma Comissão e o Senado, outra. O nosso sistema não é unicameral. Nós trabalhamos a vida toda com o sistema bicameral. Lá existe a CCJ, e aqui há CCJ, e assim por diante.

Quem garante que o consenso da Comissão do Senado será o consenso do Plenário do Senado? Quem garante que o consenso da Comissão da Câmara será o consenso do Plenário da Câmara?

Não esqueçamos que há uma figura regimental, que existe no processo civil, que é o apensamento por conexão. Quando os dois projetos, proposições das Casas distintas, tramitam em uma mesma Casa, os projetos são apensados, ou seja, reunidos por conexão, com Relator único para uma proposta única, para deliberação de uma proposta única. Isso é feito em todo projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Nós dois estamos falando disso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Então, essa crítica que houve, de que há duas Comissões, não há...

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não há crítica. O processo de consolidação e a possibilidade de aproximação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Aproximação, sim.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não há exigência legal. Basta evitar que as divergências acabem em ruptura no final. Quando não for possível, não se faz, mas quando for possível, faz-se a consolidação. É um método de trabalho — só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero passar a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina e dizer que não iniciei ainda o processo de votação porque a cédula está sendo confeccionada.



Informo aos senhores que a indicação do PMDB recai na pessoa do nobre Deputado Edinho Araújo, aqui presente.

Tem a palavra a Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, eu queria saudar V.Exa. pela iniciativa, com a qual concordo, no sentido de não fechar o debate dessa questão no âmbito da Comissão ou no âmbito do Congresso.

Acho extremamente salutar, absolutamente adequado que V.Exa. sinalize, como método de trabalho, criar momentos, oportunidades, instâncias e espaços para que a sociedade civil seja ouvida e seja consultada, até por conta do interesse, segundo vários depoimentos aqui, da sociedade em relação a esse tema.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar para informar que está sendo construída uma frente parlamentar pela reforma política com participação popular mista, com participação de Deputados e Senadores. Essa frente deverá ser lançada oficial e formalmente. V.Exa. e os membros desta Comissão serão convidados formalmente, bem como o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado. Será um espaço em que Deputados e Senadores discutirão e apresentarão propostas, e dezenas de entidades da sociedade civil comporão esse trabalho e esse espaço. que é a frente parlamentar mista pela reforma política. Quem sabe esse seja um dos espaços em que o encontro entre os esforços das duas Casas possa ser viabilizado ou confrontado, na tentativa de construir consensos progressivos, naquilo que for possível construir esses consensos progressivamente.

Sr. Presidente, no próximo dia 23, esta Casa fará o lançamento público formal, com a presença de Deputados e Senadores que comporão essa frente parlamentar, além de representantes de dezenas de entidades da sociedade civil, a exemplo das que V.Exa. citou: a OAB, a CNBB, as associações de entidades civis como um todo. Dezenas de entidades participarão ativamente dessa frente parlamentar e, evidentemente, acompanharão os esforços, o trabalho desta Comissão Especial.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) - A ABI e a Federação de Jornalismo?



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - A ABI, as centrais sindicais, as organizações populares... Enfim, são dezenas de entidades e dezenas de Parlamentares da Câmara e do Senado que farão esse acompanhamento simultâneo, com muito interesse, os esforços e o trabalho desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, primeiro, quero reiterar a posição do Deputado Miro Teixeira, o que disse aqui, que não é apenas a posição de S.Exa., mas a minha também e a do PDT nesta Comissão, incluindo aí o voto facultativo.

Quero apenas, de forma objetiva, dar duas sugestões ao Relator sobre dois temas que não fazem parte dessa lista e que inclusive foram objeto da minha fala na reunião anterior, quais sejam a revogabilidade de mandatos e as candidaturas avulsas.

A meu ver, seria uma forma de fortalecer o eleitor, que, na minha opinião, deveria ser o grande mote desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a permissão de V.Exa., no item XVI, incluído aqui, há exatamente: instrumentos de democracia direta. Eu complementei a sugestão da Deputada Luiza Erundina, com plebiscito, referendo, revogação, o *recall*, e projeto de lei de iniciativa popular.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Então, só as candidaturas avulsas, pois que a revogabilidade já está contida na lista.

Por último, faço uma sugestão de encaminhamento, também de forma objetiva. Penso, Sr. Presidente, que apenas uma reunião por semana é muito pouco, dada a importância desse tema e desse momento para o Parlamento.

Então, a minha sugestão de encaminhamento a V.Exa. é para que sejam realizadas duas reuniões: uma na terça-feira e outra na quinta-feira pela manhã. Isso daria celeridade aos trabalhos. Seria importante, em termos de contribuição, o papel desta Comissão para o Poder Legislativo e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em relação à realização de duas reuniões, esta foi a proposta sugerida, há poucos instantes, pela Presidência,



exatamente a de terça-feira neste horário, podendo inclusive ser suspensa, após a deliberativa do plenário, com a discussão pelos Deputados dos temas de forma aprofundada, conforme complemento apresentado aqui pelo Deputado Alceu.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Mais a quinta pela manhã também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E quinta pela manhã, com as audiências públicas, para ouvir personalidades, etc.

Srs. Deputados, devo suspender a lista de inscritos para uso da palavra para continuar, na Ordem do Dia, com o processo eletivo dos Vice-Presidentes. Logo a seguir, retomarei a discussão, porque, a meu ver, as intervenções estão sendo extremamente pertinentes, as sugestões estão sendo devidamente colhidas e serão condensadas exatamente para uma proposta final e para a deliberação de V.Exas.

Convido o Deputado Miro Teixeira para nos auxiliar no processo de votação.
(Pausa.)

A Mesa, atendendo a uma indicação do Deputado Miro Teixeira, vai convidar, primeiro, os Deputados do Democratas, exatamente por que estão em processo de convenção, para que possam se ausentar rapidamente, ir à convenção e retornar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vou chamar os Deputados do DEM.

Deputado Augusto Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esclareço aos senhores que a chapa está assim composta: Primeiro-Vice-Presidente, Deputado Edinho Araújo, PMDB-SP; Segundo-Vice-Presidente, Deputado William Dib, PSDB-SP; Terceiro-Vice-Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, DEM-GO.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Deputado Efraim Filho. (Pausa.)

Deputado Pauderney Avelino. (Pausa.)

Deputado Ronaldo Caiado. (Pausa.)

Deputado Onofre Santo Agostini, substituindo o Deputado Pauderney Avelino, que não está no momento. (Pausa.)

Deputado Eleuses Paiva. (Pausa.)

Bem, ao final, chamaremos um suplente do DEM, porque ficou faltando um.

Deputado Irajá Abreu. (Pausa.)

Deputado Rodrigo Garcia. (Pausa.)



Ao final, sobrou uma vaga para o DEM.

Agora vamos pela ordem.

PT

Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

O Deputado Henrique Fontana está justificado.

Deputado João Paulo Lima. *(Pausa.)*

Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Berzoini. *(Pausa.)*

Deputado Rubens Otoni. *(Pausa.)*

Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)*

PMDB

Deputado Alceu Moreira. *(Pausa.)*

Presidente Almeida Lima. *(Pausa.)*

Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Benevides. *(Pausa.)*

Deputado Newton Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Ivan Valente, do PSOL, ocupando vaga do PMDB. *(Pausa.)*

PSDB.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Bruno Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Azeredo. *(Pausa.)*

Deputado William Dib. *(Pausa.)*

PP.

Deputado Arthur Lira. *(Pausa.)*

Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)*

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)* Não, já chamei o DEM.

PR.

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Valdemar Costa Neto. *(Pausa.)*



Deputado Vicente Arruda. *(Pausa.)*

PSB.

Deputada Luiza Erundina *(Pausa.)*

Deputado Ribamar Alves *(Pausa.)*

Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)*

PDT.

Deputado Reguffe. *(Pausa.)*

Deputado Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Bloco PV/PPS.

Deputado Alfredo Sirkis. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Alex. *(Pausa.)*

PTB.

Deputado Arnaldo Faria de Sá *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*

PSC.

Deputado Carlos Eduardo Cadoca. *(Pausa.)*

PCdoB.

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

PRB.

Deputado Vitor Paulo. *(Pausa.)*

PMN.

Deputado Fábio Faria. *(Pausa.)*

Estou chamando os suplentes, agora.

Deputados Sibá Machado. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Alberto, PT da Bahia. *(Pausa.)*

Deputado Taumaturgo Lima. *(Pausa.)*

Deputado Bohn Gass.

O PMDB está completo.

PSDB, tem duas vagas.

Deputado Romero Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*



Deputado Marcio Bittar. *(Pausa.)*

PP está completo.

No DEM ficaram duas vagas, ou melhor, uma. Vou chamar de novo.

Deputado Onofre Santo Agostini. *(Pausa.)*

Deputado Eleuses Paiva. *(Pausa.)*

Deputado Irajá Abreu. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Garcia. *(Pausa.)*

PR tem uma vaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes mesmo de concluir o processo de votação, convido o Deputado Alfredo Sirkis para nos auxiliar aqui no processo de apuração de votos.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Maurício Quintella Lessa, suplente do PR. *(Pausa.)*

No PSB temos uma vaga.

Deputado Gabriel Chalita. *(Pausa.)*

Então PSB fechou.

PDT está fechado.

PTB.

Deputado Eros Biondini. *(Pausa.)*

Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

PRB.

Deputado George Hilton. *(Pausa.)*

PMN.

Deputado Dr. Carlos Alberto. *(Pausa.)*

Democratas tem vaga ainda.

Deputado Onofre Santo Agostini. *(Pausa.)*

Falta um, falta um, Onofre.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fechou? O DEM está fechado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, acabou. Fechou

Pergunto se algum dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas titulares deixou de votar. Suplentes foram chamados na medida do possível. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concluído o processo de votação, iniciaremos a apuração.

Convido os dois Deputados para conferirem primeiro o número de envelopes com o número de votantes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Temos 38 Deputados votantes e 38 sobrecartas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Conferido. Portanto, vamos abrir e fazer a apuração, separando as cédulas. *(Pausa.)*

Comunico ao Plenário a apuração e o resultado.

Os três candidatos à chapa, portanto, foram eleitos por unanimidade, com 38 votos.

Declaro, portanto, eleitos o Primeiro Vice-Presidente, o Segundo Vice-Presidente e o Terceiro Vice-Presidente, nas pessoas dos Deputados Edinho Araújo, William Dib e Ronaldo Caiado, respectivamente, e consulto os eleitos se desejam fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Vamos seguir a ordem de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu declarei...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Estava agradecendo aqui, Sr. Presidente, ao nobre Deputado Miro Teixeira, que, por uma gentileza, sabendo que meu partido neste momento está fazendo uma convenção nacional, antecipou a chamada, e, com isso, também com a compreensão de V.Exa., estou me retirando, mas na próxima terça-feira estaremos aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não sem antes lhe parabenizarmos pela eleição.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Aos nossos eleitores.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Retomando...

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, apenas para agradecer a confiança dos colegas e a indicação do PMDB, quero dizer que estamos à disposição para juntos trabalharmos para que a expectativa do povo brasileiro possa se concretizar no trabalho desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de dar continuidade concedendo a palavra aos Deputados e Deputadas inscritos, quero fazer uma sugestão que já deveria ter feito antes, quando da primeira fala. Levando em consideração que esta é uma Comissão com 40 membros, pela experiência quando presidi a Comissão Mista do Orçamento, também de 40 membros, em que trabalhávamos permanentemente em dois plenários, sobretudo quanto à questões de ordem administrativa, de encaminhamento, gostaria de sugerir, pela necessidade de trabalhos extra-sessão pública, de trabalho mais administrativo, a indicação por partido de um representante da bancada para reuniões, cujo trabalho Presidente e Relator não gostariam de fazer sozinhos, a exemplo do trabalho de preordenar os temas.

Amanhã pela manhã, por exemplo, eu gostaria de fazer esse trabalho, e seria importante que cada partido tivesse um representante nessa reunião, de caráter até mais informal, porém necessária para o bom andamento dos trabalhos, uma vez que eu irei propor de logo a V.Exas. uma reunião para a próxima terça-feira, não obstante a sessão na quinta.

Na terça-feira ocorrerá a primeira reunião de debates, fazendo uma retificação naquilo que eu disse por conta da sugestão do Deputado Alceu Moreira, que disse o que é verdadeiro; que muitas das vezes não há consenso sobre determinado tema nem mesmo dentro do partido e os temas não seriam propostos, defendidos salvo no caso de consenso interno pelo partido. Caso contrário, estaríamos abrindo para grupos de Parlamentares que defendem posição "a" ou posição "b". Para essa reunião de amanhã, de caráter mais reservado, com essas lideranças e representantes por partido, eu proponho...



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Para o meio dia, Sr. Presidente, por causa das Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... estabelecer exatamente uma espécie de questionário para que os membros da Comissão possam informar a posição da bancada, do partido ou individual, do Parlamentar, acerca do tema “a” ou do tema “b”, para que possamos formar grupos contrapostos para ordenar melhor o debate.

Em síntese, que cada partido faça a indicação de um representante, porque eu irei formular um convite para essa reunião de amanhã.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, ao tempo em que aprovamos, o PP indica o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, que seja encaminhado à Mesa depois, senão cada partido agora...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ouvidos os demais, não é?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Depois seja encaminhada à Mesa da comissão, porque se for agora ficará inviável, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, na verdade eu solicito a palavra pela ordem para encaminhar os nossos trabalhos.

Quero registrar a minha insatisfação quanto à votação, pois era consenso e nós perdemos uma hora nesse negócio aí sem necessidade. Havia consenso, mas tudo bem, é regra, é Regimento, não tem problema.

Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que nós aprovássemos aqui um roteiro e pronto. Aprova-se esse roteiro de debate, porque todos os temas abordados pelos Deputados já estão nessa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Permita-me, V.Exa., apenas para contribuir. É com esse objetivo que eu sugeri um representante de cada bancada para em uma reunião amanhã, de forma mais simples, menos formal...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Organizar um roteiro e entrarmos no mérito...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente. Para organizar essa proposta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Senão ninguém sai do canto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente por isso.

Com a palavra, portanto, o Deputado Efraim Filho, retomando a lista de inscritos para o oferecimento...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem. Primeiro os partidos devem indicar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É que houve, Deputado Simão Sessim, uma sugestão no sentido de que cada partido, embora o de V.Exa. já tenha feito a indicação, o fizesse por ofício diretamente à Mesa desta Comissão para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pela ordem, Sr. Presidente. O Sr. poderia ler a lista dos inscritos? É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Efraim Filho, Íris de Araújo, Edmar Arruda, Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, José Guimarães, Vicente Candido, João Paulo Lima, Paulo Maluf, Vicente Arruda, Carlos Alberto, Delegado Protógenes, Daniel Almeida, Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, retomando a palavra, não sei se há questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Questão de ordem, por favor.

Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que a Mesa assegurasse a palavra dos inscritos sem que haja debate ou comentário com relação ao que foi colocado, para que possamos tirar um consenso daquilo que está se falando, porque daqui a pouco um Deputado falou uma coisa, o outro Deputado falou outra. É importante que possamos ouvir todos para, no fim, deliberarmos o posicionamento desta Comissão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra, V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Muito obrigado.



Sr. Presidente, de forma bem rápida e sucinta, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo porque V.Exa. antecipou exatamente o que era o tema da minha participação. Da primeira vez, Sr. Presidente, na sessão passada, foi exatamente uma das minhas sugestões a criação de subrelatorias, para auxiliar o trabalho do Relator, e também de subgrupos, Subcomissões, em que se definiriam — e esse é um papel da Mesa, e parece-me que agora compartilhado com os representantes partidários — temas-chaves. Essa é uma sugestão minha, e vamos discuti-la amanhã para chegar a um consenso, mas sugiro como temas a modalidade eleitoral, o sistema; o financiamento; o calendário; o tempo de mandato; as eleições gerais ou não; e a obrigatoriedade ou não do voto. Daí esses subgrupos com essas sub-relatorias. Acredito que V.Exa. encaminha bem ao se antecipar nesse sentido.

Minha segunda preocupação — e peço a atenção do Plenário, principalmente de V.Exa. e dos seus consultores — diz respeito à questão regimental, Sr. Presidente. Nos meus quatro anos de Comissão de Constituição e Justiça absorvi várias lições. Uma delas é que, se não alicerçarmos esta Comissão Especial em uma PEC, poderemos ter um trabalho que sofrerá barreiras. Se finalizarmos com um texto novo, que provavelmente vai alterar algum preceito da Constituição, esse texto obrigatoriamente — e se eu estiver errado corrijam-me — terá de ir à CCJ para passar por um juízo de admissibilidade a fim de ser criada nova Comissão Especial com o intuito de analisar os conceitos constitucionais. Se alicerçarmos esta Comissão em uma PEC, dentre as várias que já passaram pelo juízo de admissibilidade na CCJ, estaremos ganhando tempo e segurança jurídica. Por isso, peço que os consultores de V.Exa. levem em consideração este argumento para melhor decidirem.

O caminho que creio deve ser adotado é exatamente o de alicerçar em uma PEC, como o trabalho das Comissões anteriores. Deixo a critério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Efraim, por gentileza, eu gostaria de fazer uma consulta rápida ao Plenário — e a Mesa me informa que, sim, a questão política da Mesa, da Presidência da Casa é outra: se há possibilidade jurídica para transformação desta em Comissão também especial com



poderes para apreciação de propostas de emenda à Constituição. Há precedentes nesse sentido?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Há, sim, precedente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu levarei este assunto ao Presidente da Casa na tarde de hoje.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se não houver precedente, pode ser o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Uma das questões discutidas em dois momentos pelo Deputado Eduardo Cunha diz respeito exatamente a esse aspecto. Na reunião de amanhã o meu pensamento é tratar com os representantes partidários essa questão das sub-relatorias em auxílio ao Relator-Geral para ver a matéria que é constitucional, proposta de emenda à Constituição, e os temas que naturalmente serão trabalhados como reforma infraconstitucional, ou seja, para que haja uma sistematização e um encaminhamento de forma mais objetiva e não perda de tempo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Vou lhe dar um exemplo, Sr. Presidente. A obrigatoriedade do voto é tema de PEC; calendário e tempo de mandato são temas de PEC; voto distrital é tema de PEC. Então, se nesta Comissão nos restringirmos a projetos de lei infraconstitucional, limitaremos bastante o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Levarei o assunto ao Presidente da Casa e aos Líderes.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Minha última contribuição, antes de encerrar minha fala para que o Deputado Miro Teixeira fale sobre o tema...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Se me permitir, até como aparte, porque serão apenas 5 segundos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Concedo então um aparte.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Temos uma PEC aprovada no Senado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Talvez possam conversar com a Presidência da Casa para que a Comissão de Justiça examine logo essa PEC. Daí esta seria a Comissão Especial para o exame daquela PEC e de outras matérias, de outras PECs, se tiverem passado pela Comissão de Justiça, porque aqui podemos fazer emendas aglutinativas, substitutivas, ou substitutivo da Comissão. O problema seria resolvido com muita facilidade.

Claro que, sendo simples a solução, a tendência é não adotá-la. Devem procurar uma solução mais complicada.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Exatamente. A linha seguida pelo Deputado Miro Teixeira é a minha. Podemos até desconsiderar o teor, o conteúdo da PEC, mas, regimentalmente, precisamos estar constituídos sob a égide de uma PEC para termos poderes para tanto.

Minha última contribuição: V.Exa. não marcou reuniões da Comissão para quarta-feira, creio que por motivo de choque com as reuniões das Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Na terça-feira, a CCJ também se reúne à tarde, mas não há problema. Só que na quarta-feira, já que não haverá debate da Comissão Especial, pode ser o momento de esta Comissão interagir com a sociedade civil organizada, por exemplo, através das redes sociais e da Internet. Membros da Comissão elencados por V.Exa., em horário predefinido, inclusive com divulgação no *site* e nos meios de comunicação da Câmara, debateriam com os internautas, com a sociedade civil organizada, em *chats*, em fóruns públicos. Para muitos cidadãos, mesmo havendo reuniões regionalizadas, será difícil o deslocamento. A Internet é o meio mais fácil de encurtar essa distância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Efraim Filho, concordo com V.Exa. Inclusive, o assunto é tema da agenda que ainda estou elaborando com as sugestões de V.Exas. — e ela está aberta —, para a audiência daqui a pouco com o Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Obrigado, Sr. Presidente.



Peço permissão para me retirar, a fim de seguir para a Convenção Nacional do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Alceu Moreira está inscrito, mas já falou.

É pela ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Apenas para esclarecer que uma das precondições desta Comissão é a possibilidade de, em tendo na construção do texto impacto ou incidência inconstitucional, trabalhar a adaptação constitucional desse processo por PEC. Se não tivermos essa atribuição, esta Comissão terá um papel sub-rogado, menor. Então, obrigatoriamente, temos que ter essa atribuição, porque as modificações no processo eleitoral importam em modificação da Constituição, sob pena de destampar grande discussão com a população e haver impeditivo de natureza constitucional. Isso não é possível. Esta Casa pode resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Essa questão foi inclusive objeto do comentário anterior.

Com a palavra a nobre Deputada Íris de Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pela ordem, Deputado Edinho Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, essa é uma questão da maior importância. Não podemos ter a menor dúvida de qual é a competência desta Comissão, que integramos. Está claro que há matérias ordinárias, o que já foi aqui levantado, lista fechada, ou coordenada, ou preordenada, financiamento público exclusivo de campanha, coligações partidárias, e matérias de propostas de emenda à Constituição, voto distrital, puro ou misto, voto majoritário, referendo, plebiscito, suplente de Senador, suplente de chapas de coligações proporcionais.

Portanto, se V.Exa. tem dúvida quanto a essa questão, é preciso expor a situação ao Presidente da Casa ou a quem constituiu, quem determinou a criação desta Comissão, para que fique clara qual é a sua competência.



Eu não tenho dúvida de que esta Comissão, se for para valer, tem que ter competência tanto para propor emendas à Constituição quanto na questão subconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edinho Araújo, esse é o meu entendimento por se tratar exatamente de uma Comissão Especial constituída para propor, efetuar estudos e apresentar propostas. Apresentar a quem? Ao Plenário da Casa. Não é mais à outra comissão. Tudo bem, esse tema será levado ao Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento a V.Exa.

A matéria levantada pelo Deputado Efraim Filho é importante, mas quero esclarecer ao Plenário que todos os temas elencados por V.Exa. já foram objeto de PEC: voto distrital, voto obrigatório, sistema eleitoral, mudança do início da posse do Governo. Basta fazer uma pesquisa. Inclusive, eu participei de quase todas, e elas estão prontas para ser examinadas e votadas.

Agora, o problema é o seguinte: foi formada uma comissão para apresentar um projeto de reforma política sem limitação. Evidentemente, temos já competência para nos pronunciar sobre PECs. Elas estão aí. Basta V.Exa. pedir à Assessoria que arrole os temas, porque todos já foram discutidos longamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado, essa providência foi tomada no início da reunião, inclusive transferida para os quatro consultores legislativos cedidos para o trabalho de assessoramento a esta Comissão.

Com a palavra a Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, colegas Deputados, penso que a sociedade realmente anseia que apresentemos uma proposta de reforma política com a maior brevidade possível.

Estive acompanhando os jornais, o Senado já marcou a data para entregar uma proposta que, pelo que entendo, ficará na dependência de uma proposta desta Casa, para que possamos então conciliá-las.



O tema reforma política vem sendo discutido nas bases, na sociedade — até a OAB tem projeto pronto. Precisamos ser pragmáticos. Não dá para fazermos agora um *tour* pelo Brasil a fim de discutir com as bases a reforma política. Esse é um papel de os partidos fazerem com os seus filiados, se assim desejarem, a fim de contribuir com esta Comissão.

O que temos que fazer, sim, é abrir um canal de comunicação com a sociedade, através dos meios que a Casa possui e de audiências públicas, mas eu me posiciono contrário à hipótese de sairmos Brasil a fora discutindo o assunto. Assim, não avançaremos, Sr. Presidente.

A sociedade organizada terá todas as condições de contribuir com a Comissão nesse tema. Então, minha proposta é a de que possamos formar a subcomissão, concentrar esforços no tema sistema eleitoral, porque todo o resto depende da definição desse tema. Se decidirmos que não haverá mudança no sistema eleitoral, não haverá mais o que discutir.

Precisamos focar nosso trabalho, senão a sociedade vai começar a dizer que esta Comissão não chegará a lugar algum. Por isso, proponho que sejamos objetivos, pragmáticos e trabalhemos com afinco a fim de que a coisa aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, concordo um bocado com o colega que me antecedeu. Na reunião passada, eu já havia manifestado a seguinte preocupação: não podemos abrir o leque em demasia. Realmente, para melhorar a política brasileira faltam milhares de coisas. Não vamos resolver todos os vícios e vicissitudes da política brasileira aqui, neste momento. O que podemos fazer é melhorar um pouco o sistema eleitoral brasileiro e uma série de outras coisas que dele decorrem.

Eu preparei, e vou distribuir aos colegas, uma sugestão de roteiro de trabalho que parte exatamente da preocupação de que precisamos, em primeiro lugar, definir o sistema eleitoral. A partir daí, virá uma série de outras questões. A primeira delas é essa, e não temos como fugir.



Por outro lado, sou grande fã dos mecanismos participativos — toda minha carreira política está ligada a eles —, mas acho que, nesse caso, depende basicamente da nossa capacidade de chegar a um consenso e da nossa maturidade de aceitar uma proposta que não vai ser ideal para ninguém.

Todos sentirão que em alguma coisa não foram contemplados, que alguma coisa não estava muito bem. Mas será o denominador comum. Se não houver amplo consenso, não avançaremos. E haverá mais uma frustração pela frente.

Essa é uma questão eminentemente política, parlamentar. O momento de haver grande debate com a sociedade é quando conseguirmos amadurecer uma proposta de consenso — aí sim, levá-la para ser discutida, criticada e enriquecida por todos —, mas não há como fugir da necessidade de procuramos atingir um consenso entre nós, que não será de agrado 100% de ninguém, mas pode ser um denominador comum.

Nesse sentido, fiz o roteiro de trabalho que vou distribuir aos colegas.

E quero dizer o seguinte: por ter conversado com os integrantes dos partidos e com lideranças na Câmara e no Senado, temos a proposta do voto proporcional por lista, que, pessoal e filosoficamente, é com a qual eu estaria mais de acordo.

Temos a ideia recente do voto distritão, que tem a sua massa crítica, e algumas outras, mas, basicamente, essas são as grandes correntes neste momento. Claro que existe muita gente que prefere manter o sistema atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sirkis...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Dentro da flexibilidade que a Presidência sempre usa...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, não é para concluir não, ao contrário, é para continuar, mas, se me permite, quero dar um esclarecimento não só a V.Exa., mas também ao Deputado Edmar Arruda, em nome do debate.

Quanto à proposta feita no sentido de termos sessões nas terças e quintas-feiras, mais a determinação para que a Consultoria faça o levantamento das



propostas em tramitação que devem existir aqui na Casa, sobretudo do ponto de vista da reforma eleitoral e partidária, eu pergunto: em que desnatura, em que atrapalha o fato de esta Comissão, caso seja aprovado, ter de visitar, numa sexta-feira, num sábado, num domingo ou numa segunda-feira, cinco Estados da Federação, tirados por região, onde possa agregar, em cada uma delas ou em cada um desses Estados, representantes do Legislativo Municipal, do Executivo Municipal, do Legislativo Estadual, do Executivo Estadual e da sociedade civil — cinco finais de semana —, já que nós teremos às terças sessões de debate só para Deputados; às quintas, audiência pública com os convidados, mediante requerimento; e, às sextas-feiras ou aos sábados, encontro com os Parlamentares que desejarem estar presentes naquele Estado de determinada região do País? Em que isso desnatura, impede e atrapalha? Será que isso não é um benefício sobretudo pela abertura que se dá a um debate com a sociedade?

Isso é por amor ao debate. Refiro-me especificamente aos dois nobres Deputados.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Agradeço o aparte do Exmo. Sr. Presidente.

Não acho que atrapalhe, desde que tenhamos muito claro que não será aí que vão surgir as ideias e as soluções. Acho que ajuda no sentido da projeção da Comissão, da forma com que a opinião pública possa estar nos observando, da maneira que possamos eventualmente pinçar alguma sugestão boa e factível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E não é bom legitimar o nosso trabalho?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - É evidente. Politicamente, não acho ruim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Agora, acho que não é por aí que vamos solucionar o nosso problema, mas, sim, chegando a um difícil consenso, cheio de sacrifício para todos. Todo mundo vai ter de ceder alguma coisa do que acredita para chegarmos a um denominador comum.



Se formos falar de sistema eleitoral — e é de sistema eleitoral que devemos falar num primeiro momento —, não vejo outra saída que não seja algum tipo de variável de voto distrital misto. Até adiantar a minha posição: sou favorável ao voto distrital misto que tenha 50% eleitos por um componente proporcional por lista, como na Espanha, em Portugal e em uma série de outros países não menos democráticos do que o nosso. No caso da componente distrital, acho que teremos que examinar dentro de três possibilidades — na minha opinião, preferencialmente duas —, que seriam: primeira, o chamado distritão, em que o Estado é o distrito; segunda, dividir o Estado em poucos grandes distritos, três ou quatro distritos; e terceira, o distrital clássico. Essa é uma forma que me agrada muito, funciona muito bem na Alemanha, mas vejo que há uma grande dificuldade no Brasil de criar circunscrições uninominais. Para início de conversa, são 513 Deputados Federais. A eleição para Deputado Federal coincide no tempo com a eleição para Deputado Estadual, e essas circunscrições não coincidiriam no espaço. No Estado do Rio de Janeiro, são 46 Deputados Federais e 70 Deputados Estaduais. Então, numa mesma eleição, teremos de ter dois tipos de circunscrição uninominal.

Parece-me que as duas primeiras variáveis de voto distrital são mais factíveis: ou bem o distritão ou bem grandes distritos. Então, isso, mais o componente proporcional. Essa solução, sem ser a ideal e sem ser a de que gosto mais, é a que pode eventualmente estabelecer um difícil consenso aqui na Câmara e um mais difícil consenso ainda entre nós e os Exmos. Srs. Senadores, porque os outros sistemas têm uma oposição muito forte. A lista tem uma oposição muito forte aqui dentro e por parte de vários formadores de opinião pública, mas, com a lista acoplada a esse tipo de voto, desaparece a principal crítica. O eleitor brasileiro tem a tradição de votar em pessoa. Ele continuará podendo votar em pessoa dentro desse sistema que está sendo proposto. Naturalmente, o distritão é criticadíssimo pelo fato de destruir os partidos — e chega muito perto disso mesmo.

Parece-me que o consenso pode ser eventualmente alcançado por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sirkis, o consenso é que esse tema — V.Exa. já está entrando no mérito — será objeto de debate na próxima terça-feira.



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Muito bem. Então, concluo.

Eu gostaria de distribuir a sugestão de um roteiro de procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa. pela condução extremamente oportuna e eficiente que vem dando a esta reunião.

De tudo o que ouvi, dois pontos apenas são motivos de preocupação: o primeiro, na colocação inicial que fez, de que estaria abrindo um *site* para receber sugestões de toda a população, o que é muito bom, mas, pelo que entendi, também abriria junto uma espécie de enquete. Isso me preocupa demais, porque as enquetes hoje, como não há uma metodologia preestabelecida, são passíveis de manipulação, o que pode atrapalhar o nosso trabalho aqui, que certamente vai ser o mais isento possível.

O segundo ponto, na sequência do que disse muito bem o Deputado Sirkis, do PV do Rio de Janeiro, é que nós temos de tentar buscar um consenso aqui. Muitas vezes o que temos visto é que não se chega ao consenso, com ótimas propostas diferentes, porque elas partem de diagnósticos diferentes. Como o diagnóstico que tenho ao propor o meu projeto de voto distrital é um, eu estou achando que é o mesmo dos outros, porque todo mundo está reclamando que a coisa não vai bem e que, portanto, precisamos de uma reforma. Mas será que o que não vai bem para mim, aqueles pontos principais que precisam ser modificados são os mesmos dos meus colegas?

Temos de tentar, num rápido esforço, numa sessão que seja, discutir quais são os pontos principais que devemos atacar, uniformizando o diagnóstico, para depois, em cima desse diagnóstico, juntos, fazer um esforço muito grande para tentar esse consenso, com base nesse diagnóstico minimamente consensuado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Grato pela contribuição de V.Exa. Trata-se de uma sugestão extremamente oportuna, lógica, de bom senso,



para que possamos de fato construir alguma coisa nesta Comissão. E, com certeza, vamos construir.

Com a palavra o nobre Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Na mesma linha, Sr. Presidente, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Não vou entrar no mérito porque ainda não escolhemos nem o roteiro nem os temas. Temos de organizar os trabalhos para depois entrar no mérito de lista, citando lista, etc.

Quero sugerir a esta Comissão e a V.Exa. que, em primeiro lugar, unifiquemos a Comissão nos temas em que é mais provável haver consenso aqui. É uma sugestão para, amanhã, V.Exa. discutir com o Presidente Marco Maia. Selecionados esses temas, indicariamos à Presidência as sub-relatorias, para trabalharem com o Relator.

Assim, avançaríamos, ainda que não seja possível incluir tudo — é bom termos consciência disso. Se quisermos apresentar alguma coisa, teremos de hierarquizar aquilo que pode obter o maior consenso entre nós. Se não quisermos decepcionar a sociedade e o País, teremos de colocar os temas mais recorrentes: sistema eleitoral, voto facultativo, referendo e plebiscito, voto em lista ou distritão, financiamento público.

Selecionados os temas, vai-se para as sub-relatorias e a relatoria e estabelece-se um calendário. No meu entendimento, deveríamos trabalhar em tempo corrido: nas terças e quintas-feiras, teríamos dois tipos de reunião, uma de debates e outra de encaminhamentos. Isso ocorreu na Constituinte e em outros momentos — por exemplo, na Comissão Especial do Pré-Sal, que integrei —, para os trabalhos fluírem. Senão, vira um samba do crioulo doido e não chegamos a lugar nenhum.

Acho que esse é o melhor método de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não só do crioulo, não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sim, pode ser qualquer outro, é claro.

Eu estava até comentando isso com o Deputado Simão Sessim, para ver se avançamos nessa perspectiva.



Sr. Presidente, também sugiro a V.Exa. que converse com o Presidente Marco Maia para que, nas sessões com Ordem do Dia, mas sem votação nominal, os Deputados e Deputadas que estiverem presentes na reunião da Comissão sejam dispensados da presença no plenário. Senão, Presidente, nós não vamos avançar. Há muita coisa a fazer.

Por último, só existe um jeito de não entrarmos no emaranhado de PECs e mais PECs: se esta Comissão tiver o caráter de Comissão Especial, o que nós produzimos ir ao Plenário, e ponto final. Não é possível haver uma proposta de emenda à Constituição para cada coisa, porque todo mundo sabe da dificuldade para se votar PEC. Comissão Especial — direto para o Plenário; aí o Plenário decide. Não podemos decepcionar a sociedade.

Para mim, essa deve ser a condução dos trabalhos que V.Exa. deve sugerir ao Presidente Marco Maia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E o será, com certeza.

Com a palavra o nobre Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, muito rapidamente, eu queria realçar e homenagear a proposta de V.Exa. de sair pelos Estados do Brasil. Quanto mais, melhor. Acho isso importantíssimo.

Faço esta homenagem lembrando o saudoso Herbert de Souza, o famoso Betinho, que dizia que nem sempre as soluções saem dos planaltos, que muitas vezes elas vêm das planícies. Ouvir os Parlamentares municipais e estaduais, o Executivo e a sociedade civil, aqueles que não podem vir aqui, nas quintas-feiras, por um motivo ou por outro, vai fazer muito bem à Comissão e engrandecer e enriquecer os nossos trabalhos.

Então, acho de suma importância que possamos ir além dos cinco Estados. Não vai faltar agenda para isso porque, como o senhor muito bem disse, poderá ser aos domingos, sábados e feriados, dias em que não vamos estar nesta sala, fazendo o debate.

Por último, Sr. Presidente, eu queria sugerir mais um item que julgo importante nesse elenco de propostas que ainda vai ser trabalhado pela Comissão.



Acho que precisamos estudar um pouco das experiências do mundo e do Direito Comparado.

Deveríamos ouvir o Partido Verde da Alemanha e o nosso, partido do Deputado Alfredo Sirkis; deveríamos ouvir as experiências espanhola, americana e latino-americana, para contribuirmos com que a população possa entender melhor aquilo que estamos falando aqui. Tenho certeza de que, apesar da cobertura integral da *TV Câmara*, é muito difícil para o leigo, para aquele que não dispõe de tempo para estudar o dia a dia da política, entender boa parte do que estamos propondo. Talvez ouvir sobre experiências consolidadas pelo mundo afora possa contribuir muito, fazendo com a população assimile e incorpore melhor o que estamos debatendo.

Acho que isso enriquece a Casa. Pelo tamanho e importância do Congresso e desta Comissão e pela esperança que hoje paira sobre o povo brasileiro, acho que faria muito bem convidarmos alguns dos parlamentos e nações a vir aqui expor suas experiências a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. a manifestação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Paulo Lima, antes, porém, lembro que as sugestões serão devidamente observadas pelo Relator e na reunião que devo fazer amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Nobre Presidente, primeiramente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Creio que há um pouco de estresse coletivo em função da ansiedade para discutir e aprofundar os temas. Diversas intervenções aqui foram no sentido de aflorar um tema mais polêmico para o conjunto da Comissão.

Na verdade, o momento que estamos vivendo e a expectativa do povo brasileiro com relação a esta Comissão exigem de nós, acima de tudo, muita tranquilidade, paciência e capacidade de escutar.

Um dos elementos fundamentais é o método. Já dizia o grande revolucionário Lênin (*risos*) que a reunião é boa quando é preparada antes, quando é bem



discutida antes, com tudo já mais ou menos combinado. Esta Casa tem experiências de sobra para saber que as grandes resoluções são sempre tomadas por consenso.

Considero muito interessante a sugestão de V.Exa. de que uma equipe de Deputados por partidos apresente uma proposta de método, tempo de intervenção e de agenda, para que possamos discuti-la, alterando-a ou não. A partir daí, colocaríamos em execução o calendário, com a agenda e a sistemática de trabalho.

Faço essa sugestão porque, se hoje parecemos repetitivos ou mesmo cansativos, isso se deve a querermos uma verdadeira reforma política no País. E é o que a sociedade espera de nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo dizer a V.Exa. que concordo com tudo o que disse, sobretudo com o que diz respeito ao estresse (*risos*), pois há realmente uma tensão muito forte. É evidente que isso é normal, até pela cobrança da sociedade e de nós mesmos.

Como tenho dito, estamos tratando aqui de vários assuntos de reclame da sociedade, da imprensa, do segmento A e do segmento B. Por iniciativa própria e como sugestão, apresentei o tema *Propaganda Eleitoral*. No momento oportuno, quero mostrar algo a V.Exas., embora eu não acredite que os senhores e as senhoras desconheçam o que vou dizer. Em primeiro lugar, o processo eleitoral foi judicializado e a campanha eleitoral foi criminalizada. Durante minha campanha eleitoral em Aracaju, o Ministério Público Eleitoral do meu Estado me via como a um criminoso fazendo panfletagem nas ruas. Por diversas vezes houve agente do Ministério Público me filmando, enquanto eu fazia panfletagem nos cruzamentos de trânsito.

Ou seja, campanha eleitoral passou a ser uma atividade criminalizada. E eu não vi esse tema ser tratado aqui. Eu não gostaria mais de fazer campanha eleitoral se houvesse lei que determinasse, por exemplo, que meu *banner* devesse ter exatos 4 metros quadrados, não 4,05 metros quadrados, sob pena de eu sofrer multa.

A classe política aprendeu o mau costume de, ao votar as leis eleitorais, dar tiro no próprio pé. Esse é um tema que não vi sendo tratado aqui. Nós só fazemos



aquilo para entregar ao Poder Judiciário, e não mais ao povo, o comando do processo eleitoral.

Eu não posso fazer um comício. Não posso colocar em carro de som nenhuma publicidade com mais de 4 metros quadrados. Aliás, nobre Deputado Esperidião Amin, a jurisprudência chega ao ponto de estabelecer que, se no muro houver uma propaganda minha e ao lado uma propaganda do adversário, será considerada a soma da área quadrada das duas, e haverá processo contra o candidato — eu tenho, no Estado de Sergipe, processo dessa natureza.

Esse não me parece tema que deve deixar de ser discutido na reforma eleitoral. Não dá para entregar ao Poder Judiciário o processo eleitoral, permitindo que ele seja criminalizado. Tenho a impressão de que esse é o motivo de estamos estressados. O Deputado João Paulo disse o que é a pura verdade. Não dá para continuar assim.

Desculpem-me o desabafo.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Maluf.

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Sr. Presidente Almeida Lima, no meu intróito, peço a V.Exa. que preste atenção nos problemas relativos ao Ministério Público que V.Exa. mesmo apresentou.

Basta que se peça ao Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, que coloque em votação projeto de lei de minha autoria, projeto que tive coragem de fazer e assinar e que prevê que as custas de ação popular, de ação de improbidade administrativa, enfim, de qualquer ação proposta por pessoa física ou pelo Ministério Público julgada pela Justiça sem base legal ou jurídica serão pagas pelo autor. Se se fizer assim, V.Exa. já não será mais processado por *banners* de 4,5 metros quadrados.

O meu projeto de lei elimina todo o absurdo existente de uma judicialização não só da eleição, mas principalmente dos atos do Executivo. Quem foi prefeito sabe como é difícil ser prefeito. Certa vez um me disse: *“Maluf, eu assumi o cargo, mas passei todos os meus bens para os meus filhos, porque sei que vou receber 20, 30, 40 ações e vou ter os meus bens bloqueados.”*



Sobre a reforma política, Sr. Presidente, eu acredito que há aqui pessoas com muito mais competência jurídica do que eu para fazê-la. Ao mesmo tempo, posso não ser o velho, mas sou com certeza o mais antigo político neste ambiente: são 44 anos de vida pública, no mesmo partido, e 21 eleições, somando-se as em que fui candidato e as em que apoiei outros candidatos. Tenho, portanto, alguma experiência no assunto.

Primeiro, concordo plenamente com a sugestão do Deputado Efraim Filho, que falou antes de mim, sobre ser por PEC. E tenho outro argumento: se for por projeto de lei, eventualmente o Poder Executivo poderá vetar. Nós estaríamos discutindo o sexo dos anjos. Tem de ser por PEC, porque não podemos dar ao Executivo o arbítrio de eventualmente vetar algo que tenha sido aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Segundo, pela minha experiência e pelas conversas com todo o mundo, todos aqui têm em vista as eleições de 2014. E a cada coisa que se propõe, há alguém pensando em casuísmo. Nesse sentido, entendo ser fundamental que a reforma política a ser aqui aprovada tenha sua execução a partir de 2018. Se sua execução for para já para as eleições de 2014, certamente a reforma não será aprovada em plenário. Distrital, distrital misto, tempo de mandato, voto obrigatório — nós não vamos conseguir o apoio de 60% do Plenário. Na minha visão, a única possibilidade de aquilo que for aprovado aqui ser aprovado em plenário se dá com a vigência a partir de 2018.

Terceiro, cito minha experiência de Executivo bem como a dos Deputados Esperidião Amin, William Dib e João Paulo, que também estiveram no Executivo. Quando não queríamos resolver algo, criávamos uma comissão para tratar do assunto. E quando não queríamos resolver mesmo esse assunto, criávamos para ele uma comissão de 60 membros. Estou mentindo?

O Senado nos mandou uma pauta de 16 itens. Se formos discutir 16 itens, não vamos discutir nenhum, não vamos nunca chegar a uma conclusão. Temos de definir as prioridades.

Na minha visão, o que é importante? Voto facultativo, sim ou não; reeleição, sim ou não; sistemas eleitorais; fidelidade partidária — esses quatro itens, se



aprovados com vigência a partir de 2018, representam, a meu ver, uma verdadeira reforma política eleitoral.

Fora disso, restará resolver problemas menores. Data de posse de Chefe do Executivo não deve ser problema desta Comissão, mas do Plenário da Câmara. Também suplência de Senador não é tema fundamental para uma reforma política. O fundamental é: voto facultativo ou obrigatório; 4 anos de mandato com reeleição, ou 5 ou 6 anos de mandato sem reeleição; sistema eleitoral distrital ou distrital misto; fidelidade partidária.

Sou absolutamente a favor da discussão desses itens, mesmo que a fidelidade partidária não me tivesse atingido — para os mais novos, que não me conhecem, estou há 44 anos no mesmo partido, morando na mesma casa e casado com a mesma mulher, portanto com a mesma sogra, que está viva, aos 98 anos, e, se tivesse conhecido minha mulher mais cedo, estaria hoje casado há ainda mais tempo...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Paulo Maluf, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Com muito prazer, se for permitido.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sugiro o acréscimo do financiamento público de campanha entre as prioridades elencadas por V.Exa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Essa a minha sugestão, Sr. Presidente Almeida Lima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, eu me pergunto: por que reforma política? O que nós pretendemos com a reforma política? Qual ponto fragiliza o processo político brasileiro?

Na agenda apresentada pelo Senado e nesta Comissão, repetem-se os mesmos temas exaustivamente discutidos pelo Congresso Nacional: voto



facultativo, coligação partidária, cláusula de barreira, sistema eleitoral — tudo isso diz respeito a uma reforma periférica que não atinge nada.

Pela primeira vez, V.Exa. tocou um ponto fulcral do processo de reforma política: a questão da Justiça Eleitoral. Formulei e vou apresentar à Comissão um projeto de lei que retira da Justiça Eleitoral o poder normativo e o poder de responder a consultas, de que resultam verdadeiras súmulas vinculantes e verdadeiros artigos pró-constitucionais, como aconteceu relativamente à fidelidade partidária, retirando-se do eleitor e de seu representante o mandato, que foi dado ao partido.

Ora, partido político é uma ficção jurídica criada no século XVII para possibilitar a apuração dos votos. Essa é a função do partido no sistema de eleições proporcionais, por representação por coeficiente eleitoral.

Precisamos saber se o mal da política brasileira está no sistema proporcional ou no sistema de distrito, de voto majoritário. O voto proporcional é da tradição brasileira e remonta ao tempo da Revolução Francesa. Mirabor dizia que o Parlamento deve representar, em ponto menor, a Nação, com seus grupos, seus interesses, anseios e objetivos. Essa é a finalidade do voto proporcional.

O voto majoritário, criado pelo sistema inglês e adotado pelo sistema anglo-saxônico, visa fortalecer os partidos e o Governo.

Nós já temos um Governo supervalorizado. Devemos, em primeiro lugar, dar aos partidos políticos a condição de protagonistas do processo político. Nós somos meros figurantes, meros coadjuvantes num processo em que a Justiça Eleitoral pontifica.

Também sugiro a criação de um conselho nacional eleitoral para elaborar as disposições normativas para a realização das eleições e fiscalizar o processo eleitoral.

Isso é o que nós precisamos fazer em primeiro lugar.

Creio que há consenso quanto a isso.

Não acredito em reforma, por mais que melhore o sistema de eleição, se nós, uma vez eleitos, vimos para cá simplesmente carimbar medidas provisórias e fazer Orçamento de ficção, se não houver nenhuma consideração ao que nós votamos,



se o Presidente dispõe dos recursos públicos a seu talante, desconhecendo o Orçamento.

Antes de mais nada, devemos pensar que reforma política não é só reforma do sistema eleitoral, mas reforma do sistema de Governo. E nós temos que partir para isso. E não adianta fazer reforma para o dia seguinte, como disse o Deputado Paulo Maluf. Nós não podemos pensar em casuísmo, resolver açodadamente o que vamos fazer hoje para aplicar amanhã. Nós estamos no início da nossa Legislatura. Temos tempo para nos aprofundar na análise das questões para que possamos fazer realmente uma reforma política, e não fazer como está no livro *O Leopardo*: mudar para permanecer a mesma coisa. Isso é o que nós devemos evitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assim como o Deputado Paulo Maluf, estou há 45 anos na administração pública brasileira, agora debutando nesta Casa Legislativa. E, ao longo desses 45 anos de trabalho no Poder Executivo, nas três esferas da Federação, tenho agido de acordo com o que se disse há pouco sobre a importância de se ir às cinco regiões do Estado, nos nossos dias de folga, para ouvir a população.

Eu gostaria de dizer aos meus pares que minha sensação como homem público ao longo dessa jornada de 45 anos é de que nós somos figuras míticas. A população brasileira desacredita na política — e não sou eu quem diz isso. Aliás, tenho de ter muito cuidado para, como debutante, não ferir suscetibilidades neste Congresso Nacional. Mas o fato é que tenho ouvido de meus pares, desde o início desta 54ª Legislatura, que nós estamos absolutamente desacreditados pela população brasileira. E é muito fácil entender isso, se considerarmos que nós estamos distantes da população, que nos considera seres inatingíveis.

Sr. Presidente, V.Exa. tem toda razão, e eu ousaria dizer aqui que o êxito desta Comissão de Reforma Política está na razão direta do apoio da população. Devemos levar a ela, ainda que rudimentarmente, ainda que com dificuldade de entendimento por parte dela, a ideia de que ela pode participar. A



população deve se sentir partícipe dessa reforma. Se desenvolvermos nossos trabalhos ouvindo a população povo, teremos, ao cabo, o cancelamento dessa reforma política pelo povo brasileiro.

Não devemos esquecer que é o povo quem nos está permitindo fazer este trabalho de forma, afinal, definitiva — não definitiva quanto à solução de todos os problemas, porque, certamente, como disse o Deputado Alfredo Sirkis, nós não alcançaremos a perfeição; mas, com a participação da população, certamente nós teremos, *pari passu*, condições de terminar este trabalho, pelo menos atendendo aos maiores anseios da população brasileira.

Quero parabenizá-lo, Sr. Presidente, por insistir nesse ponto, que entendo crucial para levarmos a cabo nossa tarefa e atendermos às expectativas da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação de V.Exa.

Com a palavra o nobre Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, prezados colegas Deputados, acredito que há voz uníssona quanto à necessidade de reforma do sistema político nacional, que engloba vários subtemas já elencados por V.Exa.

Devemos nos debruçar sobre esse sistema e esmiuçá-lo, debatendo-o em interação com quem tem o poder originário de mudá-lo, o povo brasileiro. Jamais podemos nos manter distantes daqueles que nos colocaram no poder. Há uma total dissociação de princípios democráticos quando alguns se manifestam em sentido contrário, ainda que, talvez, pela emoção, ou pela distância, ou até por interesses que nós desconhecemos.

Recebi seu pedido de sugestão, Sr. Presidente, e me prontifiquei a encaminhar alguns temas já contemplados por V.Exa. e modificação do calendário eleitoral, que entendo ser uma necessidade, pois é uma questão de cidadania preservar o Estado brasileiro e não paralisar os projetos nacionais a cada 2 anos: o Congresso Nacional e a administração pública brasileira têm vivido ao sabor do período eleitoral municipal ou do período eleitoral das eleições majoritárias para Governo de Estado, além das eleições presidenciais e para outros cargos e



mandatos derivados, como o mandato de Deputado Federal, Deputados Estaduais e Senadores.

Essa é uma responsabilidade nossa. Ninguém aguenta mais o custo eleitoral e a paralisação do Brasil por conta disso. Esse é um apelo não só da população como dos setores produtivos deste País, que não aguentam mais esse custo. O assunto requer atenção especial.

Quanto ao sistema político — sistema polêmico, como muito já se falou —, acredito que vamos encaminhar o tema, porque já há consenso quanto à necessidade de mudança. E creio que a melhor mudança advirá da forma plebiscitária para a escolha de qual sistema é o melhor. A nossa discussão aqui vai contribuir para isso. A forma plebiscitária, acredito, é o melhor caminho. Acredito que estaremos muito mais legitimados, em vez de sairmos daqui com interesses que talvez nos caiba apenas a nós próprios ou ao partido A, B ou C.

O sistema partidário, o sistema de organizações partidárias do País está falido. Se não estivesse em estado de falência, não estaríamos, volta e outra, no mar revolto do sistema de troca de legendas partidárias ou de criação de novos partidos. Isso ocorre porque não há, nas organizações partidárias, segurança para trazemos o debate do sistema da ficha fechada, do sistema de eleição de lista fechada.

Quanto ao financiamento público de campanha, há a necessidade de discutirmos qual deve ser o caminho.

No que diz respeito à propaganda eleitoral, do qual V.Exa. falou, muitos tivemos melhor percepção do tema durante esse processo eleitoral. Eu mesmo, como neófito no mandato de Deputado Federal, iniciando esta Legislatura, sofri os mesmos percalços, assim como sofreram muitos que estão aqui. Muitas vezes há uma contradição quanto ao que vem a ser propaganda eleitoral, associada à corrupção eleitoral.

A visão da Justiça Eleitoral está mais próxima da visão do eleitor. Nós temos que dissociar esse trabalho! Evidentemente, há aqueles casos pontuais em que a Justiça brasileira, muitas das vezes, substitui-se ao poder de legislar, porque há uma ausência do poder de legislar sobre determinadas situações no País. E vamos



permanecer assim por muito tempo, se não tomarmos uma decisão. Portanto, a judicialização é bem-vinda quando protege o Estado e quando protege a população; contudo, não é bem-vinda quando persegue o inocente. Temos que dissociar isso.

À Frente Parlamentar Mista da Reforma temos que dar atenção. Entendo que o caminho que V.Exa. vai seguir — caminho indicado por sugestão de todos nós —, para a transformação desta nossa Comissão em Comissão Especial, seja o caminho mais sólido e mais profícuo para um resultado melhor.

O grande volume de PECs que tramita no Congresso Nacional, o que é sugestionado a todo o tempo no Parlamento brasileiro, assusta-me. E há a incompreensão do eleitor, a incompreensão da população. O que é isso? Estamos fazendo da nossa Constituição da República uma colcha de retalhos. Já há art. 101-A, 101-B, 101-C. Até onde vamos com isso? Qualquer direito, qualquer segurança jurídica no País passa hoje pela modificação da Constituição da República!

Temos que ser mais maduros quanto a isso. Não podemos banalizar a Lei Maior do País. Estão sacrificando essa Lei Maior. Fazendo a Lei Maior, a Constituição da República num tronco onde teremos leis que são benéficas à população e leis que são podres aos interesses da população e podres aos interesses do Estado. Assim são essas modificações, é o que estamos vivendo. Não podemos ser irresponsáveis a esse ponto.

Temos que resgatar o sinônimo: se lá na frente há necessidade de uma revisão constitucional, vamos amadurecer esse pensamento, mas não vamos banalizar a nossa Constituição da República, porque pagamos um preço muito alto para elaborar esse texto no ano de 1988.

Temos que ter em mente que muitos de nós temos que nos abster da defesa de interesses partidários, interesses pessoais, interesses de grupos. Devemos pensar no interesse do Brasil e de sua população. Esse é o interesse maior, Sr. Presidente.

V.Exa., Sr. Presidente, tem o meu apoio e o do nosso partido para interagir com a população. Esse é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. as palavras.



Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Que coincidência, Sr. Presidente! Além do nome, somos de Estados vizinhos e estamos muito próximos. Talvez sejamos parentes.

Eu gostaria de dizer que não pude acompanhar todo o debate, pois eu estava em reunião do Colégio de Líderes, para buscar um entendimento, pois em breve deve ter início a Ordem do Dia. Mas acompanhei o início da discussão e as linhas gerais do roteiro da agenda que se está buscando construir nesta Comissão. Posso dizer que concordo com as opiniões expressadas no início desta sessão.

Penso que é fundamental, em todo este processo, termos a convicção — e o PSDB tem essa convicção — de que seremos capazes de fazer uma reforma política. Não podemos vencer esse processo apresentando à sociedade brasileira um resultado que minimamente nos identifique como incapazes de fazer essa reforma. Temos confiança de que vamos fazer a reforma política, porque é uma imposição, uma exigência. O processo em vigor está completamente esgotado.

Essa reforma política passa pela decisão da Casa. Somos os representantes do povo, mas não podemos deixar de ouvir os mais amplos setores, para que ela seja uma reforma da sociedade, para que ela seja percebida e compreendida pelo conjunto da sociedade. Portanto, também concordo com a ideia de ouvirmos prefeitos, vereadores e outros tantos segmentos organizados da sociedade civil que têm opinião e contribuição a dar a este tema.

Nobre Presidente, Sr. Relator, começar os trabalhos ouvindo os partidos políticos é uma sinalização que considero muito positiva. Não podemos imaginar a consolidação de um processo democrático e de fortalecimento das instituições sem que se fortaleçam os partidos políticos, sem que se valorizem seus programas e suas ideias. Somos Parlamentares, defendemos o povo, principalmente a partir das nossas opiniões e ideias. Fortalecer e valorizar a participação dos partidos políticos é fundamental e muito importante no início deste processo. Eu gostaria de destacar algumas opiniões nessa direção.

Muito rapidamente, Sr. Presidente, entre as sugestões que foram aqui esboçadas no início da sessão, deixou-me certa inquietação a ideia de realizarmos



as sessões às terças-feiras e retomarmos as reuniões após os trabalhos do Plenário. Se anunciarmos que faremos assim, e considerando o ritmo que tem sido o funcionamento do Plenário, poderemos nos arriscar a ter os trabalhos dessas sessões encerrados às 10h ou à meia-noite, como tem acontecido, e teremos um retorno esvaziado. Vamos deixar essa hipótese, mas não vamos anunciar que isso será um procedimento normal. Vamos trabalhar com essa expectativa — que vai ser provavelmente difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, uma regra. Para fugir à regra, prevemos as suas exceções.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sim, uma exceção à regra.

Quanto às audiências nas regiões, penso que seria adequado fazermos uma em cada Estado. Seria bom, no mínimo, uma audiência em cada região, mas deveríamos fazer um esforço de realizar pelo menos uma em cada Estado. Mesmo que não seja possível deslocar toda a Comissão — e não será —, temos aqui provavelmente a presença de quase todos os Estados. Pelo menos naqueles que têm população maior — sem nenhuma discriminação, sem nenhuma diminuição do papel de cada um — e, por isso, representação maior nesta Casa, poderíamos fazer um esforço e partir do princípio de que a prioridade são as regiões. Poderíamos abrir um leque de possibilidades.

Somos do Nordeste, região onde há muitos Estados. Há regiões com menor número de Estados e há regiões com um número expressivo de Estados. Poderão surgir demandas para a realização de audiências, então eu gostaria de sugerir que façamos um esforço de ampliar essas reuniões nos Estados e que nos concentremos em número menor. Podemos trabalhar por meio de subcomissões, de subrelatorias. Enfim, não é preciso que todos se desloquem, mas que tenhamos a presença desta Comissão em cada Estado.

São estas as sugestões que eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente.



Eu gostaria de lembrar, neste final de reunião, que o debate numa Comissão com 40 membros vai-se esvaziando. Temos que entender que nesse processo há um limite, porque se os 40 membros se inscreverem não haverá tempo para que todos se pronunciem e às vezes não haverá profundidade no debate. Se o Deputado falar por 1 ou 2 minutos, ele não conseguirá aprofundar um tema, e se ele deixa de falar, não se terá uma noção do conjunto da própria Comissão.

O que eu gostaria de destacar, Sr. Presidente, é a ousadia que devemos ter na reforma política. Eu gostaria de começar destacando que acabamos de começar o ano, e o grande fato na imprensa hoje é um problema de corrupção — e corrupção de Deputado que era desta Comissão! Vamos falar o português claro: atrás dessas questões está o financiamento público de campanha. Vamos parar com isso, gente!

E vou dizer mais: a grande imprensa brasileira denuncia todos os casos de corrupção, mas editorialmente é a favor do financiamento privado de campanha, porque também é financiada do ponto de vista privado, seja pelos bancos, seja pelo agronegócio, seja pela empreiteira, etc. Essa é a chave da questão, se quisermos limpar o nome do Congresso Nacional. Os casos vão-se suceder: ou é caixa dois ou não, ou é corrupção direta ou não. Deve haver financiamento público de campanha. Vamos acabar com esse negócio!

E para se discutir financiamento público, tem que se debater lista partidária e fortalecimento dos partidos. Talvez se poderia chegar, talvez, ao sistema belga, em que se dá ao eleitor também a opção. Isso respeitaria o histórico do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, fortaleceria os partidos, evitando um “caciquismo” político — também uma tradição da política brasileira conservadora.

Poderíamos caminhar numa direção e eleger como principal, central, um ponto como esse. É um debate que o povo vai entender, porque ele está minado por senso comum, Presidente. O senso comum é o seguinte: *“Fica muito caro para o Estado. Ora, sou eu quem pago essa conta!”* Quem paga a conta é o povo, porque é 10 vezes mais caro o financiamento privado do que o público! Custa 7 reais um voto pelo financiamento público. Essa é a questão chave do nosso debate, a qual apresento.



A segunda questão é a soberania popular. Já percebo muitos partidos políticos e às vezes Parlamentares, quando se fala em plebiscito, referendo e revogabilidade de mandato, tremerem na base: *“Como assim?”* Ora, qual é o problema? Somos eleitos pelo povo, como vamos ter medo do povo? O povo deveria pronunciar-se sobre aquilo que é estratégico para a Nação brasileira, como, por exemplo, se vai privatizar ou não a Companhia Vale do Rio Doce, se vai referendar ou não a reforma política que vamos fazer aqui. É o povo que deve decidir em última instância. Não devemos ter receio de dividir o poder.

O sistema de eleição cria uma situação em que, eleitos os representantes do povo, eles fazem as leis, e o povo não tem mais nada com isso. *“Ah, daqui a 4 anos o povo vai lá votar de novo.”* Não, não deve ser assim. O povo pode revogar mandato, pode discutir as grandes questões nacionais, em plebiscito, ou referendar aquilo que o Congresso faz. Essas duas questões são essenciais.

A terceira questão essencial é o problema da cláusula de barreira — e o chamado bode expiatório. O bode expiatório da vez é que há muitos partidos na conjuntura brasileira e a maioria são partidos de aluguel, que vendem legenda. Aqui há dois exemplos, porque caminhamos juntos — PCdoB e PSOL —, de partidos que foram contra a cláusula de barreira. Recorremos ao Supremo, ganhamos, mas na “hora H” a grande parte dos pequenos partidos saiu correndo para se fundir com os partidos maiores e garantir a legenda. É o caso do PRONA, por exemplo. O Supremo garantiu a existência de partidos que são programáticos, ideológicos, e uma necessidade da política brasileira — partido de aluguel há o pequeno e o grande.

Esse debate o povo também precisa fazer. Não devemos ter medo de debates que em algum momento signifiquem discutir questões que cortem na carne, como, por exemplo, o sistema proporcional ou distrital. Todo esse debate é tão longo! Nos Estados Unidos, debater distrito é uma coisa muito complexa. O Charles de Gaulle, na França, toda vez que haveria eleição, mudava o formato dos distritos para a esquerda nunca chegar. Nos Estados Unidos, para se ganhar eleição, foram estabelecidos formatos que foram chamados de salamandra, porque o distrito era todo recortado para o sujeito ganhar a eleição. Distrito é uma coisa muito complexa,



e não está no nosso horizonte discutir isso de forma tão simples, rapidamente, numa Comissão Especial.

Podemos, Sr. Presidente, é claro, abrir o debate para todas as questões, mas quero dizer que a meta é fortalecer os partidos políticos. Entendo que, primeiro, não deve haver cláusula de barreira; segundo, financiamento público é uma questão essencial, central; soberania popular é uma questão fundamental. Apoiamos, sim, a ideia de que o povo seja ouvido, de que entidades sejam ouvidas, de que a Comissão percorra o País, dentro das suas limitações de tempo. Tem que haver incidência da sociedade civil sobre o trabalho da Comissão, portanto apoiamos essa linha política.

E quero finalizar dizendo o seguinte, Sr. Presidente: a questão do sistema não é só se ele é proporcional ou majoritário; no Brasil, o sistema pode ser unicameral ou bicameral, o que implica uma discussão sobre a Federação. Particularmente, acho que temos uma distorção espetacular no País. A Revolução Francesa criou um marco histórico, um corte político que era o seguinte: um cidadão, um voto. No Brasil não existe um cidadão, um voto. Isso porque a Federação está representada pelo Senado e, ao mesmo tempo, sofre uma distorção de proporcionalidade enorme. Deveríamos caminhar para uma igualdade muito maior.

É possível que um Estado com 300 mil habitantes eleja 8 Deputados, que é o número mínimo; e é possível que um Estado com 30 milhões de eleitores eleja 70 Deputados. É preciso que isso seja discutido. A reforma política é para isso também, tem que haver uma ponderação, e ela está ligada ao sistema, se ele é unicameral, se ele é bicameral, e a se estabelecer se o Senado cumpre funções federativas; se é uma Casa revisora ou se é uma Casa igual a esta. Na prática, hoje o Senado faz tudo o que a Câmara faz. E mais, veta o que se vota na Câmara.

O debate é longo e, evidentemente, os interesses são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não é para concluir, não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Presidente pode pedir aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Presidente manda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Conceda-me um aparte para dizer algo a V.Exa. e à Comissão.

Passei 8 anos no Senado, nessas duas últimas legislaturas, e tive a maior dificuldade de mostrar aos nobres Pares a distinção entre reforma política do Estado e reforma político-eleitoral-partidária.

Apresentei uma proposta de reforma política do Estado por entender ser esta até mais importante do que a segunda, a político-eleitoral-partidária. E nesta primeira, na reforma política do Estado, sobretudo se deve basear num princípio que é vilipendiado pela própria Constituição — considero inconstitucionais inúmeras normas constitucionais —, o princípio do art. 1º, em que está dito que o Brasil é uma República Federativa. Na verdade, de Federação não existe basicamente nada.

Portanto, sistema bicameral, Federação, a competência legislativa da União... Está no art. 22 da Constituição Federal: "*Compete privativamente à União legislar sobre...*" Tudo! Nada compete aos Estados! Entes federados, Estados e Municípios não têm competência para nada, nem legislativa!

E quando se vai para o campo do Executivo, ocorre a mesma coisa. Se isso aqui fosse uma Federação, não estaríamos elaborando, por exemplo, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nós teríamos princípios de educação nacional; ela seria tratada pelo Estado, para respeitar pelo menos a dimensão continental que tem o País, as suas especificidades, a sua cultura.

Se isso aqui fosse uma Federação, não estaríamos votando, por exemplo, a Lei do Inquilinato. Não a estaríamos votando. Por que razão? Vou só concluir, nesse aspecto, para dar razão a V. Exa. A mesma lei que regulamenta a locação de um imóvel na Avenida Paulista, em São Paulo, regulamenta a locação de um casebre em um povoado de um Município do interior do Estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro! Isso é uma falta de respeito ao princípio da Federação brasileira! Há questões que não nos dizem respeito; são questões locais.



Aqui nós fazemos uma lei de licitações públicas para que o Estado membro e o Município, com recursos próprios, obedçam a uma lei nacional. É a União legislando como o Município e o Estado devem gastar o dinheiro da sua receita própria! Isso não é ingerência; isso é mais do que ingerência: é um Estado unitário.

Portanto, precisamos sim — permita-me a oportunidade para dizer isto — de uma reforma política do Estado brasileiro! Uma reforma política do Estado, em entra toda essa questão a que V. Exa. se referiu, e uma reforma político-eleitoral e partidária.

Nesse caso, nós entraríamos em outra discussão. Quando eu apresentei esta proposta no Senado, só faltou me levarem à força: ora, para que três Senadores por Estado? Qual é a razão? Por que não dois? Por que não diminuir a representação legislativa?

Portanto, há uma série de elementos, não apenas no Poder Legislativo mas também no Executivo e no Judiciário. Deve-se cortar as amarras que aprisionam o País. Tenho certeza absoluta de que Estados e Municípios teriam condições de se desenvolverem muito mais se tivessem mais autonomia e, dentro da autonomia, a competência legislativa. Câmara de Vereadores e Assembleias Legislativas têm competência somente para colocar nome em ruas e conceder títulos de cidadania. Nada, basicamente, além disso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado pelo aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não foi um aparte! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O meu tempo também se encerrou. Se V.Exa. me tomar a palavra, vai ser deselegante. *(Risos.)* Mas, como eu acho que nós já estamos ultrapassando os nossos limites de tempo, quero concluir com uma questão — e agradeço o aparte relativo à discussão da Federação brasileira, que acho um debate importante.

Concluo comentando a questão do voto obrigatório e do voto facultativo. Talvez seja neste ponto que exista mais senso comum no debate brasileiro: achar que isso resolveria algum problema. Até 1930, o voto era facultativo. Ele foi obrigatório depois, com o argumento de que seriam os currais eleitorais. Os currais eleitorais continuaram e continuam, enquanto o voto for objeto de uma mercadoria,



porque é disso que se trata. O sujeito vai lá e compra o voto. Se ele é obrigatório ou facultativo, isso é falso. Outra falsidade, na minha opinião, é a liberdade individual de o sujeito votar. O eleitor pode até depois justificar o voto. Cabe ao Estado, na minha opinião, estimular o sujeito a decidir os rumos da Nação! Essa é a questão política. Parece até que é uma grande questão que vai decidir a vida política. Não! Pelo contrário, quanto mais estimularmos, melhor. Muitos países do mundo têm voto facultativo, como, por exemplo, os Estados Unidos, em que 50% da população não votam; na Colômbia, 65% não votam. É melhor assim? Quem disse que é melhor para a democracia? Não tem nada a ver. Nós precisamos acabar com falsas questões.

Sou a favor do voto obrigatório. Eu acho que ele ajudou a politizar. Agora, não sou a favor de punir o eleitor. Tem que dar todas as chances para o eleitor. Tem que ser pedagógico, que é outra coisa.

Finalizo, dizendo que a soberania popular precisa ser respeitada nessa questão. Então, se nós caminhamos nessa direção de ouvir mais a sociedade, nós podemos chegar a algum ponto. Sei que os interesses são difusos. É difícil chegar a um consenso. É muito difícil! Provavelmente, chegaremos em alguns pontos, mas a Câmara tem que se expor. Daí a importância da formação da Comissão. É lógico que não há muita compatibilidade entre o Senado e a Câmara. Por isso que há duas Câmaras. Imaginem se fôssemos discutir unicameralismo aqui, imediatamente, fechava-se a Comissão na hora, porque vai acabar o Senado, e o sujeito não vai querer discutir isso.

Então, era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa pelo que disse e também pelo direito ao aparte.

Com a palavra o nobre Deputado Sandro Alex. Após o Deputado Sandro Alex, está inscrito também o Deputado Arthur Lira, mas parece que não está mais presente.

Então, com a palavra o último orador, Deputado Sandro Alex.



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, Sr. Relator, até para encaminhamento, eu só gostaria de um posicionamento: se a nossa próxima reunião vai ser na quinta-feira ou na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nesta quinta-feira, então, nós teremos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós teremos matéria para quinta-feira, inclusive V.Exas. receberão comunicação nesse sentido, e aproveito para dizer que teremos a deliberação de uma série de requerimentos e nós também aqui estaremos deliberando a proposta final apresentada pelo Relator e por nós todos, condensada amanhã numa reunião. Sobre a reunião de amanhã, devo fazer essa comunicação. Antes, gostaria de combinar com os representantes. Em princípio, será às 14h30min. Pela manhã, há as Comissões Permanentes. E este era um horário intermediário até a sessão deliberativa, até o horário de deliberação do plenário. Ou seja, nós iremos inclusive tomar a iniciativa do telefonema e, na quinta-feira, nós teremos, exatamente às 9h, reunião da Comissão, que não será para debate, porque não há ainda requerimento aprovado, mas especialmente para aprovação de requerimentos, inclusive desse formato de encaminhamento dos trabalhos, que nós iremos evidentemente fechar nesta reunião menor com os representantes dos partidos.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E amanhã também seria importante, com urgência, nós termos um posicionamento do nosso Presidente Marco Maia a respeito dos poderes desta Comissão para comunicar aos Deputados, porque ela realmente apresentará resultados. Então, é importante que nós tenhamos o posicionamento já do Presidente da Casa, nesta quarta-feira, para que, na quinta-feira, nós possamos comunicar aos Parlamentares.

Sr. Presidente, eu ouvi hoje na Comissão algumas opiniões. Eu as respeito, porque nós vivemos aqui o princípio democrático. Mas ouvi alguém dizendo que não será pela população que nós teremos a proposição de ideias. Eu não concordo com isso.



Quero dizer a V.Exa. que eu vejo com muito bons olhos a sua disposição de levar a Comissão aos Estados. O Paraná estará aberto, aguardando a Comissão. Eu também me pauto pela opinião popular. Já o fiz em pesquisa pública, a qual trouxe a todos os integrantes desta Comissão. Nós não podemos nunca subestimar a população, até porque o nosso regime hoje é presidencialista por causa da população brasileira. Se não fosse por ela, talvez nós teríamos um sistema diferente daquele que ela escolheu.

Talvez por esse distanciamento do Legislativo, a população hoje nos cobra e o nosso Poder sofre. Tanto é que, na pesquisa, a reeleição do Executivo é bem vista pela maioria da população e não acontece o mesmo com a reeleição de Legislativo. A população não concorda justamente com a reeleição de Deputados e Senadores, e concorda com a reeleição dos membros do Executivo. Quanto mais próximo o Poder Legislativo estiver da população, eu tenho certeza de que melhor será a nossa decisão.

Também quero dizer a V.Exa. que nós representamos aqui partidos. Eu represento o meu partido, o PPS. Além do que eu acredito ser o correto, também posiciono-me por ele, que já anunciou o voto distrital misto. Mas eu discordo também do meu partido no tocante a alguns temas, e vou discutir isso no partido, porque, se não, nós teremos aqui na Comissão posicionamentos de partido e de políticos, teremos divergência da própria bancada e não vamos encaminhar.

É essencial que os partidos discutam isso internamente, porque nós estamos aqui representando o País. É importante que a nossa Nação saiba a opinião de cada partido referente aos temas.

É claro que eu vou discutir no meu partido o financiamento público de campanha. Respeito a opinião dos colegas, mas não há como se colocar financiamento público de campanha, independente se 7, 9, 10 ou mais reais, enquanto não se determinar de onde virá o dinheiro para a aplicação do financiamento público: se do orçamento da saúde, da educação ou de um novo imposto. É inconcebível que a população pague mais essa conta na atual situação que se encontra.



Eu vou discutir essa questão no partido. Nós, nesta Comissão, temos de ter um bom encaminhamento, até porque a população quer essa reforma para a próxima eleição, e não para 2018 ou para um futuro distante. Depende do nosso trabalho o bom andamento da discussão. Que isso seja realmente efetivado.

Acho necessário o acompanhamento dos trabalhos do Senado, mas não é importante nos pautarmos somente por aquela instituição, até porque vamos a reboque dela. Isso é inconcebível para este Poder. É necessário sempre um bom acompanhamento, mas esta Casa tem a obrigação de apresentar um resultado à população.

Quero dizer também a V.Exa. que estive ontem no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná e observei que a sociedade civil organizada está disposta a participar dessa discussão.

Quero cumprimentar V.Exa., porque ficou muito bem estabelecido aqui hoje que esta Comissão está aberta para que a população brasileira participe, até porque, somente pela pressão popular, teremos algum avanço na política do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. a manifestação.

Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar o debate, vou submeter a ata da sessão anterior à deliberação. Já foi dispensada a sua leitura e ficou para ser deliberada ao final.

Portanto, os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 17, quinta-feira, às 9 horas, em plenário a ser anunciado, com mais espaço do que este.

Está encerrada a reunião.